

É A ECONOMIA ESTÚPIDO!

NOTAS PARA COMPREENSÃO DA CRISE

Paulo Timm – Especial para A FOLHA, Torres – Julho, 10-2016

(...)

Quando perceberem em seus alunos o reflexo de chamar todo ajuste fiscal de "fiscalismo" ou todo aumento de juros de "rendição ao rentismo", matem essas ideias no berço."

Celso Rocha de Barros, colunista da Folha, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford in "Para ter chances em 2018, esquerda precisa encarar a economia" -

M.FOLHA.UOL.COM.BR

"...Não podemos trabalhar com surpresas para a execução do Orçamento. Nossa projeção de crescimento para 2017 é de 1,2%. Tem bancos bastante conhecidos e pessoas sérias, como o José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, que estão com projeção de 2%. O Banco Bradesco está com 1,5% a 2%. O BNP Paribas, com 2%. Não é impossível ocorrer os 2%. Mas o Orçamento não pode se desviar muito da média de mercado, que está em 1%."

**Mansueto de Almeida, entrevista CORREIO BRAZILIENSE -
10jul16**

*

A expressão acima – É A ECONOMIA ESTÚPIDO! - popularizou-se em 1992, nos Estados Unidos, quando o Presidente George Bush, eufórico pela vitória rápida na Guerra do Golfo, resgatando a autoestima ferida dos americanos com a vergonhosa retirada do Vietname, acabou perdendo as eleições para um desconhecido Governador do Arkansas, Bill Clinton. O marqueteiro de Clinton mostrou que o país estava em recessão e que é o bolso, o órgão

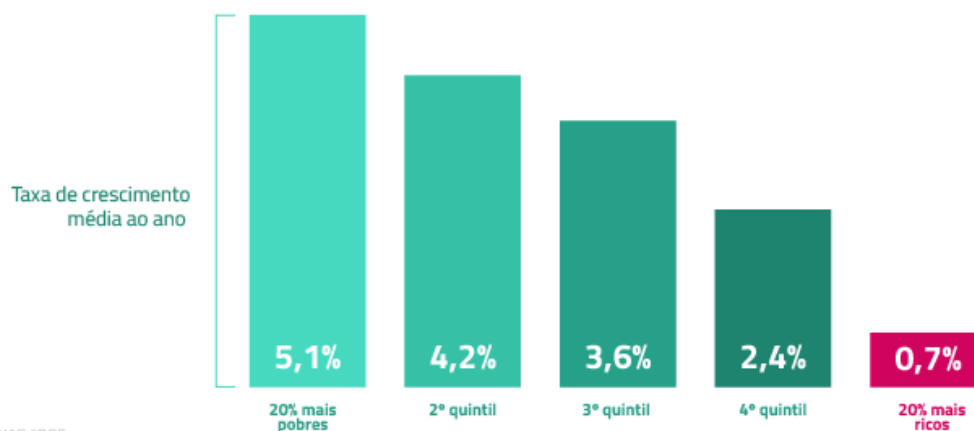
mais sensível do eleitor. Virou um case de marketing eleitoral e uma sentença de condenação aos Governos engolfados em crise econômica –

<http://oglobo.globo.com/opiniao/e-economia-estupido-14235694#ixzz4DiLjx9TQ>

Nada mais apropriado à dita expressão do que o caso brasileiro. Foi a crise econômica que abalou o Governo Dilma Roussef. E o sinal, não como causa efetiva, mas como condição de possibilidade que desliza rumo ao acontecimento, ao mesmo tempo em que já o contém, foi o anúncio feito por ela, logo de sua eleição em 2014, quando reverteu bruscamente as turbinas do seu discurso otimista de campanha: Nomear para o Ministério da Fazenda um representante do setor financeiro, Joaquim Levy, um neoliberal. Era o reconhecimento de que as coisas não andavam bem. Precipitou tudo. Foi, exatamente naquele fatídico momento que as empresas entregaram os pontos, perderam a confiança no mercado – e no Governo - e iniciaram um processo brutal de paralização. Na verdade, até ali, as empresas vinham respondendo bem à expansão do consumo, sobretudo dos mais pobres, graças ao alto nível de emprego e elevação da renda média dos trabalhadores, mas se obrigavam, com isto, a riscos de endividamentos crescentes.



Crescimento da Renda Domiciliar Real de 2001 a 2011 per capita por quintil



Fonte PNAD/IBGE

OBS Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

A propósito, este endividamento, familiar, já vinha crescendo com firmeza, o que já era visível em 2012, quando chega a 22%, como observa este analista. Entre 2012 e 2016, explodiu:

Aperto das famílias

Gasto mensal com dívida está acima da média histórica (em % da renda)*



Fonte: Banco Central *Mede o quanto da renda das famílias vai para o pagamento de parcela de dívidas no mês, com ajuste sazonal

De dez anos para cá, a **relação entre crédito e PIB** da economia brasileira mais que dobrou, uma das faces visíveis do movimento de bancarização e de aumento da oferta de financiamentos no país. Hoje, o estoque total de crédito do sistema financeiro representa 50,6% do PIB. O crescimento teve ênfase nas

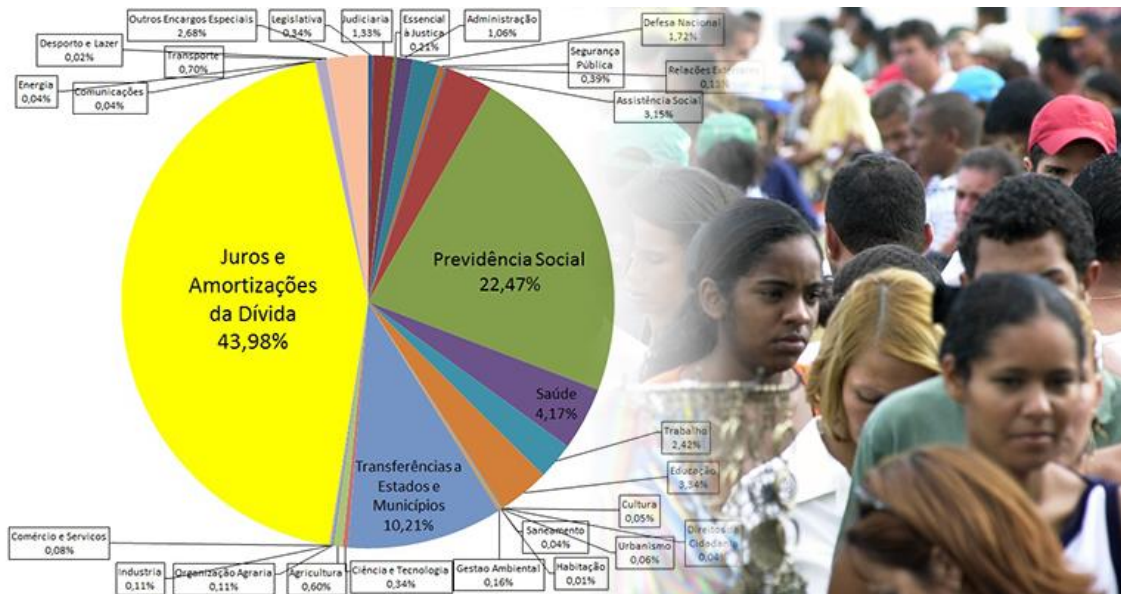
operações da pessoa física, em que predomina o **crédito pessoal** – operação com prazo médio de pouco mais de um ano e meio.

<https://fernandonogueiradacosta.wordpress.com/2012/08/31/vies-heuristico-da-representatividade-e-alongamento-do-prazo-do-credito/>

Tratava-se de um caso típico de euforia de demanda, estimulada, em grande parte, pelo próprio governo que expandia sua dívida, nem sempre visível, graças ao que se convencionou chamar de contabilidade criativa, à razão de 2,5% do PIB ao ano, algo em torno de R\$ 250 bilhões. Chegamos, neste compasso, em abril de 2016 ao astronômico número de R\$ 4 trilhões de Dívida da União. Compreende-se: Era uma tentativa de se contrapor ao ciclo visivelmente descendente, mas que acumulava tensões inimagináveis. Naquele ano, 2014, rastejamos no fundo do poço, com um crescimento (?) de 0,1% do PIB frente ao ano anterior, depois de um período medíocre de 2,7% em 2013/12 e 1,8% em 2012/11, para descer mais abaixo em 2015 e 2016, ano em deveremos ter uma queda no PIB na ordem de 3,8%, segundo informações [já divulgada no início de abril](http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/04/brasil-esta-mergulhado-em-recessao-economica-profunda-diz-fmi.html) - <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/04/brasil-esta-mergulhado-em-recessao-economica-profunda-diz-fmi.html> pelo FMI, com provável estagnação, ainda, no ano que vem, 2017, e grande incerteza sobre 2018 e 2019. Moral, um ano de estagnação (2014) mais dois de recessão (2015 e 2016) e outros dois, vindouros, de incerteza (2017 e 2018). Um desastre, com o agravante da contração mais do que proporcional na arrecadação de impostos, com o alastramento da crise fiscal aos Estados e Municípios, e um retrocesso na renda per capita e familiar, esta derivada do colapso no emprego e inflação. Associe-se a isso, a continuidade do aprofundamento da dívida pública, uma das mais caras, senão a mais cara, em termos de juros do mundo.

Brasil é 3º do mundo em gasto com juro

- <http://jornalggn.com.br/noticia/gasto-do-brasil-com-juros-da-divida-publica-e-o-3%C2%BA-maior-do-mundo-aponta-fmi>



<http://www.intersindicalcentral.com.br/senhores-governadores-a-divida-publica-precisa-ser-auditada-para-parar-de-sangrar-o-pais/>

Terá se consumado, neste desastre o prognóstico feito pela Economista Monica de Bolle no início de 2016:

*A minha sugestão e meu principal objetivo quando eu trouxe o debate e escrevi o artigo que gerou tanta polêmica (em 30 de setembro, Monica publicou no site do Peterson Institute for International Economics, baseado em Washington, o artigo intitulado **Brazil needs to abandon inflation targeting and yield to fiscal dominance**, que deu início ao debate sobre dominância fiscal) era dizer o seguinte: se nada fizermos, teremos um processo pernicioso e muito danoso para a economia brasileira, principalmente para aquelas pessoas que ascenderam à classe média nos últimos 10 anos. Sabe esta história do PT de que foram capazes de tirar 35 milhões de brasileiros da pobreza e levá-los à classe média? Pois bem, são exatamente essas as pessoas que mais sofrem com o aumento do desemprego, de um lado, e o crescimento desenfreado da inflação, de outro. O ganho dos últimos 10 anos vai ser desfeito em menos de dois anos. É isso que queremos?*

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/01/monica-de-bolle-o-ganho-de-10-anos-vai-ser-desfeito-em-menos-de-dois-4963517.html>

Mas se é possível localizar o momento crucial do mergulho na crise – e eu a situo no dezembro de 2014- , quando se desencadeou um verdadeiro lock out empresarial e as articulações para o impeachment–, não é tão fácil saber com precisão suas causas, que já vinham corroendo o PIB desde 2011.

Para os setores do Governo Dilma e PT essas causas seriam fundamentalmente externas: o baixo crescimento da economia no resto do mundo. Este argumento é insustentável, à luz da verificação do crescimento de outras economias, sejam desenvolvidas, sejam em desenvolvimento, tipo BRICS, sejam de países da América Latina. Mas a esquerda petista se recusa a fazer uma auto-crítica mais profunda de suas gestões, particularmente entre 2013-2016. Na verdade, não só Dilma e o PT, o próprio Lula com a sua famosa declaração, ainda quando Presidente, falou na “marolinha”, desconheceram a gravidade do ambiente externo, como sua própria amplitude, que se projeta no redesenho da geopolítica mundial:

“É uma velha tradição da classe política brasileira só atentar para grandes transformações globais quando já é tarde demais.

E nossa economia está sendo moldada por um ambiente regulatório global inédito em áreas de alta tecnologia, comércio internacional e segurança cibernética. A roda gira.

É hora de quebrar o ciclo de despreparo que tem sido nossa marca registrada.”

Matias Spektor - Risco externo - 07/07/2016-

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2016/07/1789236-risco-externo.shtml>

Muitas são as explicações para esta rejeição do PT à realidade econômica, com seus limites institucionais e condicionantes sociais, contrariamente ao que a tradição vinha reiterando desde os primórdios da República. Vargas, por exemplo, cercou-se de sólidos conselheiros, como Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida e Roberto Campos; JK manteve e ampliou essa assessoria com os Grupos Executivos de implantação de projetos setoriais; Jango

contou com Celso Furtado e Santiago Dantas; até os governos militares cercaram-se de competentes economistas, Delfim Neto, o czar da época e Mário Henrique Simonsen. O PT declinou desta tradição, Dilma, então, a substituiu por si mesmo. Uma explicação foi dada recentemente por dois analistas que atribuem o fato ao declínio da URSS e do socialismo real. Pode ser. Concluem eles, a propósito das façanhas petistas da “Nova Matriz Econômica”:

Se você convencesse o velho Karl de que os economistas petistas descobriram que sempre é possível, em uma economia capitalista, sob a direção política certa, crescer aceleradamente, distribuir renda, garantir pleno emprego e evitar inteiramente as oscilações de mercado, tudo isso sem nunca sacrificar a classe trabalhadora, ele largaria a biblioteca do museu britânico e iria para a praia.

Celso Rocha Barros, colunista da Folha, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford in Para ter chances em 2018, esquerda precisa encarar a economia – FSP 03/07/2016

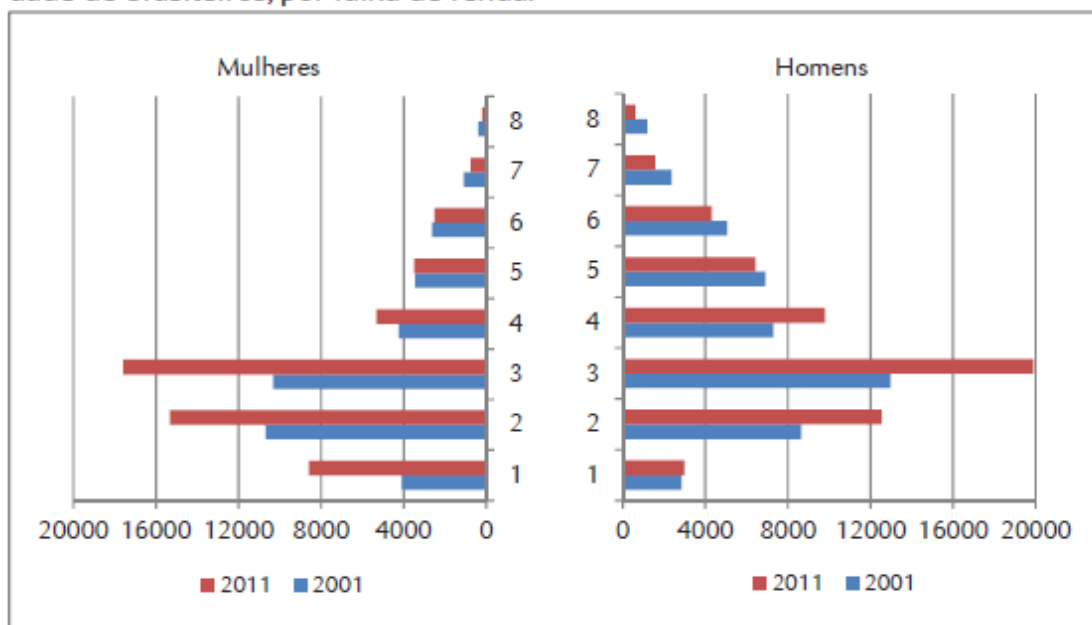
<http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/07/1787618-a-esquerda-e-a-economia.shtml>

Houve, além disso, um nítido afastamento do PT da velha tradição desenvolvimentista no Brasil, fortemente influenciada por Celso Furtado, nome praticamente empastelado nas gestões Lula e Dilma, em benefício de uma nova matriz redistributivista na gestão da Política Econômica, na crença ingênua de que é, fundamentalmente, o consumo o motor do investimento. Isso chegou ao ridículo, em 2014, com o nível de emprego ainda alto – por mera inércia -, mas paralelo à indicadores medíocres do PIB, à famosa proclamação que ecoou eufórica pelas fileiras dos defensores do Governo: “Trabalhador não come PIB!”, um verdadeiro atentado aos fundamentos da Economia Política. O PIB, afinal, é uma medida de valor correspondente à soma das remunerações do Trabalho, na forma de salários, e da Propriedade, enquanto rendas e lucros, cuja proporção, aliás, evidencia a primeira aproximação à ideia de distribuição (funcional) da renda numa sociedade. Os salários dos trabalhadores, portanto, constituem o conceito mesmo de PIB, não lhe sendo alheios ou estranhos. E mais: Estes trabalhadores, principalmente quando a renda per capita é baixa, como no caso brasileiro, com renda entre

meio e dois salários mínimos, como se vê no gráfico abaixo, tendem a gastar tudo o ganham, dando mais sentido à relação salários-PIB.

Figura 1.

Gráfico da renda per capita da população de 2001 e 2011. Apresenta a quantidade de brasileiros, por faixa de renda.



Fonte: IBGE / Compilado pela Scot Consultoria - www.scotconsultoria.com.br

Nota: A população que não apresenta rendimento ou não o declarou foi excluída da análise. As faixas de renda foram classificadas da seguinte forma: 1 (até meio salário mínimo), 2 (de meio a 1 salário mínimo), 3 (de 1 a 2 salários mínimos), 4 (de 2 a 3 salários mínimos), 5 (de 3 a 5 salários mínimos), 6 (de 5 a 10 salários mínimos), 7 (de 10 a 20 salários mínimos) e 8 (mais que 20 salários mínimos).

Por isso mesmo, economistas mais independentes, como J. Belluzzo, Bresser Pereira e Carlos Lessa, dentre outros, deram-se conta dos erros na Política Econômica e deixaram o registro de suas críticas. Todos estes, advertiram, por exemplo, sobre o risco cambial, destacando tanto a perda de dinamismo dos preços das *commodities* depois de 2010, como a inadequação de uma política de livre flutuação do dólar, oriunda, ainda da Era FHC, que liquidava a indústria. O Sonho de uma Noite de Verão dos altos preços das *commodities* havia se esgotado e o Governo não via o que toda a imprensa divulgava:

QUEDA DE PREÇOS INTERNACIONAIS DE PRODUTOS PRIMÁRIOS REDUZ US\$ 20 BILHÕES DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL!

(Estado de SP, 27 - 2013)

A queda nos preços internacionais das matérias-primas agrícolas, metálicas e do petróleo deve tirar cerca de US\$ 20 bilhões das exportações brasileiras entre 2011 e 2013, nas contas da consultoria GO Associados. Em 2011, as vendas somaram US\$

196,9 bilhões e em 2012 foram US\$ 183,7 bilhões. Para este ano, a previsão é de US\$ 176,9 bilhões, quase US\$ 7 bilhões menos de receita - em comparação ao ano passado - obtida com a venda de produtos básicos, que respondem por 70% das exportações brasileiras.

Eis um fragmento de uma das mais severas críticas :

Mas minha indignação maior é ver a economia brasileira se manter há 35 anos semi-estagnada e nada se fazer. É ver economistas e políticos só falarem em déficit público e política fiscal, quando o grande problema são os déficits em conta-corrente e o real sobreapreciado no longo prazo, que inviabilizam o investimento nos setores tecnologicamente sofisticados da economia brasileira.

([Luiz Carlos Bresser-Pereira](#) - *Triste ao ver confirmada minha teoria*)

Outros profissionais independentes, como Reinaldo Gonçalves, da PUC RJ (este mais ácido, pois considera o Governo Dilma o pior da História Republicana – ver

[http://www.ie.ufrj.br/hpp/professor.php?p=Reinaldo-](http://www.ie.ufrj.br/hpp/professor.php?p=Reinaldo-Gon%C3%A7alves#about)

[Gon%C3%A7alves#about](http://www.ie.ufrj.br/hpp/professor.php?p=Reinaldo-Gon%C3%A7alves#about)) e Felipe Rezende oferecem explicações mais complexas à crise. Vejamos este último em recente entrevista, 21 de junho passado, na qual afirma que “ A presente crise econômica brasileira é diferente das demais” :

Segundo ele, a recessão atual é consequência de uma crise de alavancagem, principalmente nos balanços das empresas não financeiras, que iniciou logo após a crise financeira internacional de 2007, quando as empresas brasileiras começaram a enfrentar uma “situação de déficit”.

(...)

O quadro “piorou em 2008, melhorou um pouco em 2009, (...) mas a partir de 2010 essas empresas voltaram a ter **déficit**, e a situação foi piorando até 2013, quando elas alcançaram quase 4% do **PIB** de déficit”, informa. Ao mesmo tempo em que as empresas se endividavam, frisa, “não houve uma geração de caixa para a economia como um todo e, portanto, as empresas começaram a ter dificuldades”.

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/556625-a-presente-crise-economica-brasileira-e-diferente-das-demais-e-fundamental-o-setor-publico-retomar-seu-protagonismoq-entrevista-especial-com-felipe-rezende>

Há que se ressaltar o fértil manancial de análises econômicas no Brasil das últimas décadas, resultado da proliferação de profissionais de elevada qualificação, obtida tanto no Brasil como no exterior, com inúmeras e diversificadas ramificações doutrinárias e que podem ser conferidas em instituições oficiais como IPEA, BNDES, IBGE, Fundações Estaduais como FEE no Rio Grande do Sul e João Pinheiro, em Minas Gerais, em Centros Universitários como PUC-RJ, UNICAMP, UFRJ, USP, INSPER-SP e FGV, além de entidades profissionais de economistas keynesianos, desenvolvimentistas etc. , além de meticulosa mídia especializada. Com tudo isso, seria de estranhar que as omissões da Era Petista no campo da economia, tivessem passado em branco. Rigorosamente, não passou, embora todo este processo ainda não esteja suficientemente digerido.

O *mainstream* do mercado, pela “direita”, por exemplo, com seu séquito de “peritos contadores” centrou sua crítica no déficit público e no elevado peso do Estado na economia brasileira, rejeitando, com isso, qualquer tentativa de financiá-lo através da elevação da já alta carga tributária. Celso Ming, experiente jornalista da área econômica sintetiza:

“Entre os maiores problemas que produziram esta crise da economia está o brutal crescimento das despesas públicas. Em 2015, a ganância do governo federal, com controle fiscal e tudo, aumentou 11,6%, para uma inflação de 10,7% (Veja o gráfico). Há 20 anos, o avanço do gasto primário (exceto juros) da União é superior a 6%, enquanto o PIB não aumentou, na média, mais que

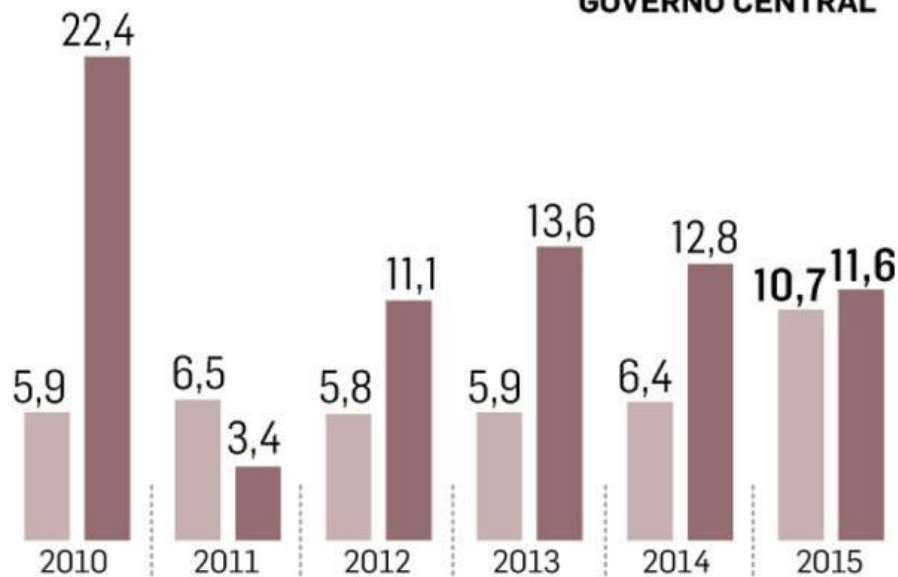
3%. Neste 2016, a despesa deve saltar para quase 20% do PIB, recorde histórico.

Essa é a razão pela qual a dívida pública sai do controle. Está na raiz das mazelas como recessão, desemprego e perda de renda. Mas a melhor das intenções não garante o efeito pretendido.”

GASTANÇA

EM PORCENTAGEM

IPCA VARIÇÃO NOMINAL DA DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL

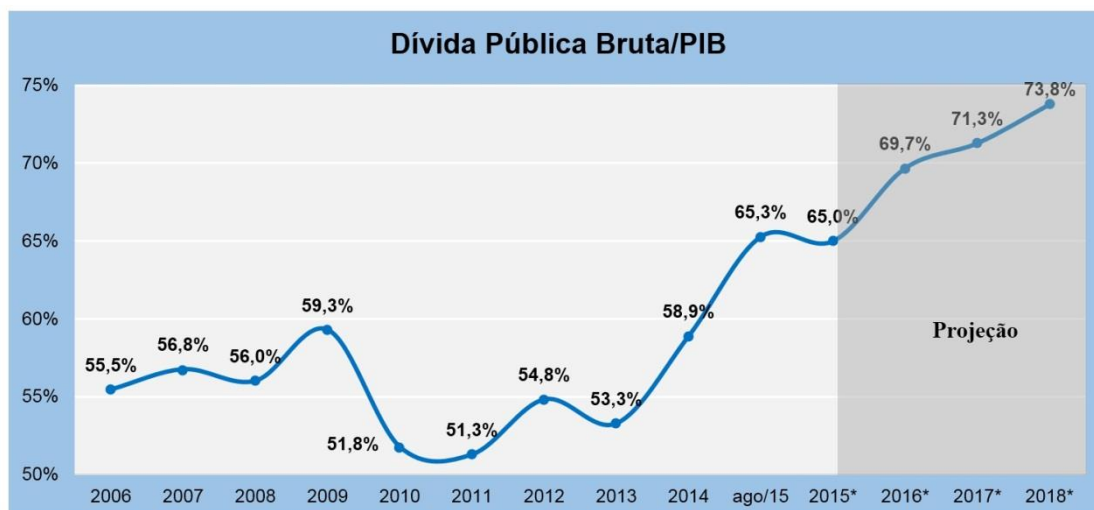


FONTES: IBGE E TESOUREIRO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,prova-de-fogo,10000054288>

Faz algum sentido, não como tese, mas como alerta à verdadeira perda de controle dos gastos públicos no período 2010-2016, com projeções cada vez piores até o final da década:



Economia Nova: Dívida pública brasileira

economianova.blogspot.com 1547 x 757 Pesquisa por imagem

Registre-se a grande dificuldade de se dispor de um único número para a Dívida Pública Federal, pois ela contempla vários componentes, nem sempre devidamente contabilizados e agregados. Normalmente, o que aparece como Dívida Pública são apenas os Títulos do Tesouro em mãos do público. Mas há ainda a Dívida Externa, no caso bastante atenuada pelo colchão de Reservas Internacionais, mas que também implicam em custo. E há uma “jabocaticaba” neste processo que são os recursos alocados pelo Tesouro ao Banco Central, acima oportunamente indicadas por Ricardo Bergamini, destinadas a administrar a Política Monetária, mas cujo montante é uma verdadeira caixa preta. Ninguém sabe seu exato valor, aliás, flutuante.

Dívida Líquida
Total da União (Interna e Externa)
Fonte MF - Base R\$ bilhões.

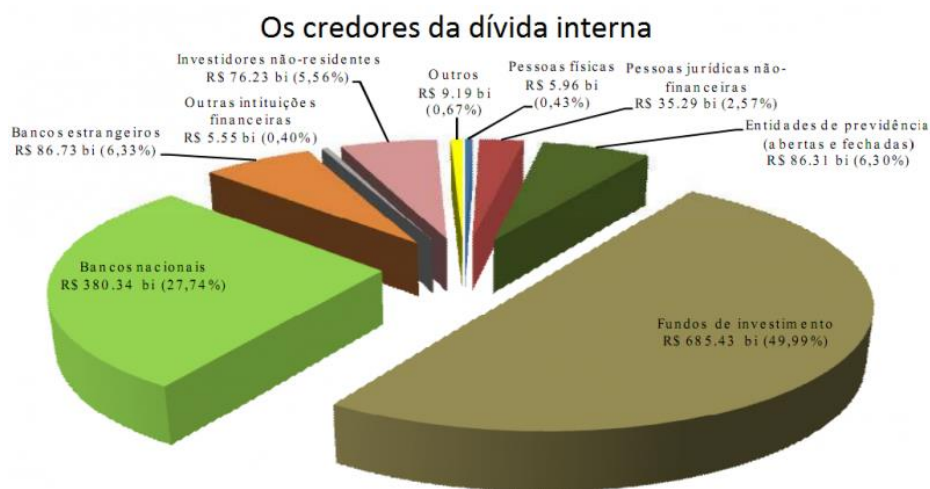
Itens	2002	% PIB	2010	% PIB	Abril/16	% PIB
Dívida Interna Em Poder do Mercado	558,9	37,54	1.603,9	41,28	2.670,2	44,96
Dívida Interna Em Poder do Banco Central	282,1	18,95	694,0	17,86	1.297,6	21,86

Dívida Externa	262,9	17,66	90,1	2,32	129,6	2,18
Dívida Líquida	1.103,9	74,15	2.388,0	61,46	4.097,4	69,00

PIB 2002 – (R\$ 1.488,8 bilhões); PIB 2010 – (R\$ 3.885,8 bilhões); PIB 2016 – previsão (R\$ 5.938,5 bilhões).

Fonte: www.ricardobergamini.com.br

Esta visão crítica da crise, sem grande poder explicativo, mas forte apelo midiático, é a que está por trás da queda de Dilma – independente de considerações “golpísticas” - e de apoio ao Presidente interino Michel Temer. Ela pode não ter grandes e sólidos argumentos que expliquem porquê as empresas despedem e cortam investimentos, mas revela interesses óbvios. Numa economia financeirizada como a brasileira, os detentores da dívida, bancos e fundos de investimento, que “consomem” quase metade do Orçamento da União com os juros recebidos, preocupam-se quando a dívida cresce demais levando à incerteza dos pagamentos.



Temer tem, então, que forçar um regime de curto e médio prazo de austeridade. Para tanto cortou gastos dos Ministérios, promete acabar com 4 mil Cargos em Comissão até dezembro e aprovou Mensagem contendo os gastos públicos nos próximos 20 anos no limite da inflação anual. Mas, ao mesmo tempo, enfrenta-se com a necessidade de se estabilizar politicamente, seja com o apoio do Congresso, seja com o apoio dos Governadores, seja com a docilização dos servidores públicos, sobretudo do Judiciário, onde

se encastelam os privilégios de Juízes e Procuradores com a mão na massa da LAVAJATO. A conta é grande, muito maior do que os cortes: R\$ 125 bilhões, ou mais 2% do PIB de ganância que recairão sobre os três próximos anos, no qual só se perdoa, mesmo, o reajuste de 12,5% no misero Bolsa Família, pelo impacto bem maior que tem sobre a renda frente aos outros, à razão de 1,5 contra 0,5. Nesse quadro, o Partido de Temer, o PMDB não é propriamente um arauto da austeridade, com força moral e política para levar a cabo tal política de austeridade. Pelo contrário, tem sido o paladino histórico, ao qual se associou o PT depois de 2003, no Governo, do coronelismo, tipificado pelo famoso Deputado Robertão no clássico: “É dando que se recebe”.

Temer não tem, pois, grande fôlego “reformista” e, contrariamente ao que se proclama, tem uma equipe fraca, porque dirigida por um Ministro da Fazenda fraco, um mero expert do mercado financeiro, incapaz de grandes malabarismos diante de uma crise que é pior do que a enfrentada por FCH no seu tempo. Nem bem consegue um freio nos gastos públicos, já começando a despertar dúvidas quanto ao seu êxito no empreendimento, como se vê nos estrilos de Mônica de Bolle e outros, nem conta com o fator tempo.

[Por onde andaré o ajuste? - Monica de Bolle ... - Zero Hora - clicRBS](#)

zh.clicrbs.com.br/rs/.../monica-de-bolle/.../2016/.../por-onde-andara-o-ajuste-630068...

1.

02/07/2016 - 04h15min | Atualizada em 02/07/2016 -

...A primeira medida do governo Temer(ário) foi, de forma subliminar, revogar a lei de responsabilidade fiscal, com a oficialização do déficit fiscal primário como regra de administração pública, a princípio aceita pela sociedade apenas para a orgia herdada pela sua antecessora, porém o malandrinho está usando essa regra de exceção como política pública de seu governo, o que espero que o ministério público impeça o mais rápido possível, já que nossa luta como brasileiro digno e honrado é pela justiça acima de tudo...

Ricardo Bergamini in A verdade de um liberal convicto

www.ricardobergamini.com.br

Contestado nas ruas, teme cada vez mais um retrocesso no impeachment. Vive, na verdade, um inferno astral. Onde tudo isso vai parar, (?) entretanto, ninguém sabe. Nem eu...A única coisa que Temer tem a seu favor é a própria crise, que de tão profunda, já começa a dar sinais espontâneos de reanimação. Instinto de sobrevivência. É o que Schumpeter chamava de “limpeza do convés”. Para mim, isso não é novidade. Já o apontava desde o início do ano. Mas sempre disse, também, que o fôlego desta reanimação é muito curto. A crise da economia brasileira é muito maior do que aparece e se refere a uma tendência à estagnação que já dura 35 anos. Os anos bons com Lula foram passageiros, iluminados, aqui sim, por fatores externos. Talvez o sopro do convés limpo não seja suficiente para salvar o Governo Temer. Mas concordo com Reinaldo Gonçalves, quando prevê, ao final deste ciclo, mais além do próprio fracasso de Temer, haverá uma reversão de expectativas.

“O cenário mais provável (60%) é a melhora da situação econômica em decorrência, em primeiro lugar, das falhas do governo Dilma. Por mais ineficaz que seja o governo Temer, é muito pouco provável que ele seja pior que o governo Dilma. Em segundo lugar, as condições de governabilidade tendem a melhorar após o impedimento definitivo de Dilma. Por fim, haverá, gradualmente, uma reversão das expectativas adversas que dominaram nos últimos anos”

Reinaldo Gonçalves, PUC RJ – Entrevista PRAVDA em 10 junho de 2016
http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/120620163702_100616_Entrevista_com_Reinaldo_Gonaalves_.pdf

Enquanto isso, sempre haverá alguém, do fundo do corredor gritando, sobre o período Temer:

- Foi a economia, estúpido...!

Na verdade, no caso, nem foi a economia. Foi o tempo...foi o PMDB...foi o Meirelles...foi o... Temer.

Anexos

1. A ilusão Real - *Por Paulo Daniel**

2. “Acabou o tempo de ficção e de privilégios para poucos”, diz Mansueto Almeida - CORREIO BRAZILIENSE 10jul16 - Vicente Nunes

3. A presente crise econômica brasileira é diferente das demais. "É fundamental o setor público retomar seu protagonismo". Entrevista especial com Felipe Rezende

4. Risco externo – Matias Spektor

5.

5. Para ter chances em 2018, esquerda precisa encarar a economia - Celso Rocha de Barros, Sociólogo, Doutor U. Oxford ,

6. A verdade de um liberal convicto - Ricardo Bergamini

7. Monica de Bolle

A ilusão Real

11 de julho de 2016 - <http://www.revistaforum.com.br/2016/07/11/a-ilusao-real/>

180 0

Facebook Twitter

“Alguns desavisados ou com má fé imaginam que uma taxa de câmbio valorizada (Dólar fraco e Real forte) ajuda na melhoria e na condução do desenvolvimento econômico e na distribuição de renda. Quem se beneficia com isso?”. Confira o novo artigo do professor Paulo Daniel

*Por Paulo Daniel**



Alguns desavisados ou com má fé imaginam que uma taxa de câmbio valorizada (Dólar fraco e Real forte) ajuda na melhoria e na condução do desenvolvimento econômico e na distribuição de renda. Quem se beneficia com isso?

Pois bem, as transações comerciais, financeiras e de serviços, em sua grande maioria, são realizadas com a moeda norte-americana, neste sentido, quando a nossa moeda (Real) está desvalorizada – ou seja, precisa-se de uma quantidade maior de Reais para adquirir

um Dólar – em relação ao Dólar é interessante ao país, pois eleva a quantidade exportada, alguns produtos podem tornar-se mais competitivos no mercado internacional e, por sua vez, com propensão ao aumento de divisas no país, à inclusive, na geração de emprego e aumento da renda interna.

Evidentemente, o cenário acima é péssimo para quem pretende adquirir um produto importado ou viajar ao exterior, pois os seus custos, de passagem, por exemplo, são calculados em Dólar o que, a depender da desvalorização do Real pode até dobrar os valores representados na moeda local.

Com a posse do ex-sócio do Banco Itaú, Ilan Goldfjan, no Banco Central (BC), não tenham dúvidas, há um forte jogo de juros e câmbio. E que jogo é esse?

Com o PIB (Produto Interno Bruto) caminhando em direção a uma queda de três pontos pelo segundo ano consecutivo, há uma tendência da nova chefia do BC em estruturar uma política monetária com objetivo de manter a atual taxa de juro (Selic) em um patamar elevado, evidentemente, não existe nenhuma lógica macroeconômica, mas sim, todos os objetivos em privilegiar a turma da bufunfa, tanto estrangeira quanto nativa. Este é um velho expediente utilizado, principalmente, no início do plano Real.

O mero fato de o Dólar cair de R\$ 3,60 para R\$ 3,36 possibilita um ganho de 7,14% para quem trouxe a R\$ 3,60 e retirou a R\$ 3,36.

A conta é simples; em um primeiro momento, entra nas contas brasileiras US\$ 1 milhão com Dólar a R\$ 3,60 equivale R\$ 3,6 milhões. No momento seguinte; converte-se R\$ 3,6 milhões com o dólar a R\$ 3,36 equivale a US\$ 1,071 milhão.

Mas não se fica nisso. Todo aplicador financeiro que tinha noções sobre a estratégia monetária de Ilan, apostou em negócio ainda mais lucrativo.

Imagine que um sujeito traga US\$ 10 milhões com o Dólar a R\$ 3,60. Ficou com R\$ 36 milhões. Aí ele deixa o dinheiro aplicado por um ano na taxa Selic de 14,5%. No final do período, estará com R\$ 41,2 milhões. Se o Dólar estiver em R\$ 3,20 ele converte o saldo em Dólares e retirará do país US\$ 12,9 milhões, um lucro de 29% ao ano em Dólares.

Se der sorte e o Dólar estiver em R\$ 3,00, o lucro será de 37% ao ano. Simples e limpo. Os grandes vencedores é a turma da jogatina financeira que aplicam em Dólares e o grande perdedor é o orçamento público brasileiro.

Segundo os pensadores da república do Paraná, a abertura da economia brasileira permitirá espantar a corrupção do país. Talvez, também imaginem, que essas jogadas financeiras com o erário público e o mercado, particularmente o financeiro, não vem ao acaso. O essencial, quem sabe, seja investigar barquinhos de alumínio. Assim caminha a república...



**Paulo Daniel – Editor do blog Além de Economia, é economista, mestre em economia política pela PUC-SP, Doutorando em Economia pela Unicamp (Universidade de Campinas-SP), corinthiano, professor, consultor com mais de 10 anos de experiência tanto na iniciativa privada como em instituições públicas.*

“Acabou o tempo de ficção e de privilégios para poucos”, diz Mansueto Almeida

O governo vai rever uma série de benefícios que são concedidos hoje a vários segmentos econômicos como forma de aumentar a arrecadação. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, diz que muitos dos incentivos perderam a razão de existir, mas não são revertidos por causa de poderosos lobbies que prevalecem em Brasília. Na visão dele, se esse tipo de política agregasse valor, o Brasil não estaria afundado em uma recessão tão severa, com mais de 11 milhões de desempregados.

Essa revisão de incentivos não impedirá, porém, que o governo lance mão de aumento de impostos para atingir a previsão de receitas extras de R\$ 55 bilhões em 2017, vitais para que o rombo nas contas públicas fique em R\$ 139 bilhões. Mansueto diz que a prioridade do governo é vender ativos por meio da privatização e de concessões. Mas, dependendo das condições do mercado, a elevação da carga tributária será uma alternativa, que já está colocada no horizonte traçado pela equipe econômica.

O secretário admite que a reforma da Previdência, que terá deficit de R\$ 183 bilhões no ano que vem, não será aprovada em 2016, devido às fortes resistências e à desinformação que prevalecem em todos os segmentos da sociedade. Mas ele afirma ser imperioso que o Congresso dê aval à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o aumento de gastos à inflação do ano anterior.

Uma coisa é certa, mesmo que a PEC não passe pelo crivo do Legislativo, o Orçamento de 2017, que será enviado aos parlamentares até o fim de agosto, já contemplará a limitação para o aumento das despesas. “Em caso de não aprovação da PEC, teremos que ser muito fortes e duros para enfrentar as pressões”, reconhece Mansueto. Ele avisa que não haverá mágicas. Para cada R\$ 1 de previsão de despesa, o Congresso terá que apresentar R\$ 1. Acabaram, no entender do secretário,

os tempos do Orçamento de ficção. Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Correio.

Há um desconforto nos mercados em relação ao déficit de R\$ 139 bilhões anunciado pelo governo para 2017. O governo será capaz de entregá-lo ou terá que assumir, mais à frente, que foi otimista demais?

É preciso deixar claro que as projeções do mercado para o déficit fiscal de 2017 estavam mais otimistas do que as nossas. Estamos trabalhando com números realistas. A diferença não está tão grande, sobretudo do lado das despesas, que são mais fáceis de estimar. A diferença grande está no lado da receita. E de onde vem essa diferença? No nosso cenário base, o ministro Henrique Meirelles (da Fazenda) disse que as receitas estão caindo quase um ponto percentual do PIB (Produto Interno Bruto). É muita coisa. Em 2013, as receitas líquidas do governo central foram de 18,7% do PIB. Em 2014, recuraram para 18% e, em 2015, para 17,6%. Neste ano, estão projetados 17,4% e, no ano que vem, 16,6%. As despesas, por sua vez, estão caindo 0,2% do PIB, mesmo com a economia em forte retração. Em 2017, os gastos encolherão 0,8%. Portanto, fechar as contas exigirá sacrifícios e receitas extras, como as oriundas da privatização.

A grande dúvida está nas receitas extras de R\$ 55 bilhões. O mercado não acredita que esses recursos virão somente da venda de ativos, de concessões e privatizações.

Nos últimos anos, as receitas de concessão e de privatização foram muito baixas. Se usássemos a média desses anos em nosso cenário base, não seria algo anormal. Mas não poderíamos fazer isso. Vamos fazer um esforço adicional para privatizar e intensificar as concessões. E há razões de sobra para isso.

Quais?

Primeiro: o governo não tem dinheiro para investir. Segundo: vai ter que privatizar um bocado de coisa para ter o investimento que se quer e para conseguir caixa. Mas é preciso ter cuidado para estimar quanto entrará no caixa do governo, porque algumas concessões têm arrecadação zero, como, por exemplo, as de rodovias, por causa do modelo de menor tarifa. Há concessões que dependerão

muito do preço do ativo, uma variável que não temos controle, como o preço do petróleo. Teremos, possivelmente no ano que vem, um leilão muito grande de área de exploração de petróleo. Teremos que levar em consideração ainda a situação do mercado de capitais, já que venderemos participações acionárias. Tudo isso está no nosso radar. Mas a gente pode ter surpresas.

Ou seja, as dúvidas do mercado fazem sentido.

Os dados que a gente colheu e incluiu naquela projeção de receitas de R\$ 55 são muito conservadores. O preço do petróleo a gente não controla, mas há regras que vamos definir nos próximos cinco a seis meses. É preciso deixar claro que parte do sucesso das concessões e das privatizações depende do governo. Há muita coisa para ser transferida à iniciativa privada. Além de petróleo, há as hidrelétricas, a Caixa Seguridade, a Lotex, que reúne as raspadinhas, e o Sportingbet, em que as pessoas apostam em placar de jogos e times. Hoje, essas apostas são feitas em sites nos Estados Unidos. Tudo isso tem um valor enorme. No caso da Caixa Seguridade, cuja venda ocorrerá no próximo ano, o dinheiro arrecadado ficará com o banco. Mas o governo recolherá Imposto de Renda sobre o ganho de capital e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Então, parte do valor da venda vem para o Tesouro.

Mesmo que tudo isso se concretize, o governo terá que aumentar impostos.

Eventualmente, se for preciso, o governo poderá fazer alguma recomposição de impostos. O nosso sistema tributário tem uma série de coisas que não se justificam.

Como o quê?

Muitas coisas. Por exemplo, um regime especial em que alguém paga imposto menor sem nenhuma explicação. Há casos em que isso está ocorrendo há oito anos. O governo pode começar a rever algumas dessas coisas. Será que ainda são necessárias?

É possível saber quanto custam esses incentivos?

Essa conta é muito ruim de fazer. Tem publicações que falam que o custo varia entre 4,5% e 5% do PIB. Mas todas as empresas que estão no Simples entram nesse cálculo, por terem isenção tributária. Dentro dessa conta, há regimes especiais que não se

justificam. Tudo isso está mapeado. Agora, as modificações são muito pontuais e nenhuma delas dá uma receita grande. Mas, se for preciso, a revisão desses benefícios será proposta.

O governo não poderá esperar muito. O tempo está correndo.

Com certeza. Temos dois meses para decidir tudo, explicitar todas as receitas, já que o prazo para enviar a proposta do Orçamento de 2017 termina em 31 de agosto. Isso, independentemente, por exemplo, do que será o preço do petróleo, que valerá para a concessão de áreas a serem exploradas.

Este Orçamento vai ser realista? Acabou a peça de ficção?

Acabou, com certeza. Mas há outra preocupação. Antes, havia uma margem de corte de gastos, porque tinha o desconto do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Na meta de superavit primário que o governo anterior tinha deixado para 2017, o resultado era zero, mas que podia ter um desconto de até R\$ 65 bilhões. Seria ótimo. Nós poderíamos ter colocado uma meta de deficit de R\$ 139 bilhões, com um abatimento de R\$ 55 bilhões, o que nos permitira chegar a R\$ 194 bilhões. Mas isso nem foi cogitado. O certo é que teremos números bastante realistas, que deixarão muita gente furiosa. As pessoas terão ideia do limite da despesa. Nunca no Brasil houve dois anos consecutivos de queda na despesa sobre o PIB (2016 e 2017). Houve anos isolados, em 1999, 2003, 2008. Do lado da receita, a partir de 2018, não há preocupação, porque, nas nossas projeções, a arrecadação começará a crescer constantemente, mesmo com estimativas conservadoras de crescimento do PIB. A partir de 2018, a trajetória está boa, mas 2017 preocupa porque, no nosso modelo, a receita cai um ponto do PIB.

O PAC acabou?

A sigla está lá. Para mim, é a mesma coisa que existia há 10 anos. É investimento. Só colocaram uma sigla bonita lá.

O governo está contando com receitas de dividendos de estatais para fechar as contas?

Sim, mas numa proporção muito menor do que a que se viu nos anos anteriores. Para este ano, são R\$ 4,9 bilhões e, para 2017, R\$ 5 bilhões. São quantias pequenas em relação ao que vinha se

observando. Em 2012, o governo arrecadou R\$ 28 bilhões. Em 2013, R\$ 17 bilhões. Em 2014, R\$ 18,9 bilhões. No ano passado, R\$ 12 bilhões. A maior parte dos dividendos veio do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa e da Petrobras.

Por que cai tanto esse tipo de receita?

Porque, no governo anterior, que eu esqueci o nome da presidente, antecipou o pagamento de dividendos. Em 2018, as coisas começarão a melhorar, pois a economia estará crescendo e as estatais passarão a ter lucros maiores. A gente espera que os bancos públicos estejam melhores, que se resolvam os problemas da Eletrobras. Que o Pedro Parente faça um bom trabalho e resolva também os problemas da Petrobras.

Está prevista alguma capitalização de estatais e de bancos públicos?

De orçamento, zero. A ideia e a orientação gerais do governo são de que, quem bater na porta do Tesouro Nacional, terá uma única resposta: vocês têm ativos muito bons, vendam, pois não há recursos para capitalização.

E em relação aos estados?

O governo pode ajudar os governos estaduais a venderem seus ativos. A gente pode colocar o BNDES à disposição, inclusive para estruturar as operações. No BNDES, agora, essa é a principal área.

Os senhores trabalham com alguma surpresa boa quanto à retomada de crescimento da economia?

Eu espero que sim. Mas não podemos trabalhar com surpresas para a execução do Orçamento. Nossa projeção de crescimento para 2017 é de 1,2%. Tem bancos bastante conhecidos e pessoas sérias, como o José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, que estão com projeção de 2%. O Banco Bradesco está com 1,5% a 2%. O BNP Paribas, com 2%. Não é impossível ocorrer os 2%. Mas o Orçamento não pode se desviar muito da média de mercado, que está em 1%.

Há risco de o governo atual incorrer no populismo ou a posições ideológicas?

Não há como. O populismo e o ideologismo fizeram muito mal para o Brasil e para a América Latina. O que o Brasil precisa, neste momento, é perder o medo do debate. Vamos discutir o sistema tributário, se a sociedade quer tributar mais dos ricos. É discussão normal, que se ocorre em todos os países. Agora, fazer determinadas políticas sem recursos e aumentar a dívida pública para dar subsídio a empresas que não precisam, é irreal. Isso não é agenda de esquerda. Isso é responder a grupos de interesses. Também não faz sentido a Petrobras ser a operadora única do pré-sal sem ter condições de investir. A própria empresa não quer. Mas se colocou essa obrigação numa lei, que não é modificada por questões ideológicas.

Essas medidas específicas facilitaram a corrupção?

Sem dúvidas. E os grupos de interesse são fortes. A literatura econômica mostra isso. Uma vez que você coloca regimes especiais, para voltar atrás é muito difícil, mesmo que não funcione. Imagina que você tem um determinado regime especial que favorece 20 grupos econômicos e é ruim para o país. Aí você propõe acabar com esse regime especial. Como cada pessoa do país vai se beneficiar, vai ter um ganho pequeno, mas que, no agregado, é muito. Mas aqueles 20 vão ter uma perda grande, então, eles vão se organizar para barrar a mudança. Por isso, é tão difícil. A gente criou coisas que eu me assustei quando vi aqui.

O quê?

O governo, quando compra, pode pagar um sobrepreço de até 25% em uma lista de produtos. Só que essa lista muda ao longo do tempo e para entrar há vários requisitos, como inovação, geração de emprego e renda. Isso está acontecendo? Não sei. Tem que avaliar. Se não for bom, acabou.

Até que ponto os senhores estão dispostos a enfrentar esses interesses?

A melhor forma de enfrentar essas coisas não é chamar as pessoas e encarar uma briga. É você avaliar e publicar o resultado. Muita gente pode ficar com raiva, mas dá transparência. Se você vai conseguir mudar ou não é outro debate. O importante é deixar claro que muitos dos incentivos que foram dados não agregaram nada à economia. O PIB está em queda há dois anos seguidos, o que não se vê desde 1930 e 1931, e há mais de 11 milhões de

desempregados. Programas que deveriam ser temporários se tornaram permanentes. É assustador o desconhecimento das pessoas em relação ao Orçamento e aos gastos públicos.

Quanto tempo levará para consertar tudo que está errado?

Certamente, não será em um ano ou dois. Para sair de um buraco nas contas de R\$ 170,5 bilhões, o equivalente a 2,7% do PIB, e chegar a uma situação de superavit, talvez somente em 2019. Isso é o que eu espero e está no radar. Se ocorrer, ficarei muito satisfeito.

O senhor acredita na reforma da Previdência, cujo deficit em 2017 pode chegar a R\$ 183 bilhões?

Vamos enviar o projeto de reforma para o Congresso ainda neste ano. Mas está claro que não será aprovada neste ano, o que não será um grande problema, pois os efeitos só virão há médio e a longo prazos. Certamente, a resistência será enorme. Mas acho que tem uma desinformação muito grande. Uma pessoa que acorda às 4h ou às 5h da manhã para pegar um ônibus não tem a mínima ideia de orçamento público, desses grandes debates. É natural. Mas há desconhecimento também em segmentos importantes, como nas universidades. Fui a um debate sobre Previdência e um professor falou que tinha gostado muito da minha exposição, mas havia um grande erro nela. Perguntei qual era e ele disse que o aumento das despesas da Previdência não era problema, porque o governo arrecada e transfere de volta. Eu falei: professor, então o senhor está me dizendo que se eu aumentar a carga tributária do Brasil em mais 10 pontos do PIB e gastar tudo com Previdência não é problema. Ele respondeu que não era, porque o dinheiro arrecadado estará voltando para a sociedade. Era um professor titular de economia. Quando você escuta uma coisa dessas, percebe quantos mitos estão espalhados por aí. As pessoas não conhecem os dados nem as restrições orçamentárias.

O governo sempre atrela a reforma da Previdência a aumento de impostos. Realmente é preciso elevar a já pesada carga de tributos para cobrir o buraco do INSS?

Não há outra saída. Ou é uma coisa ou outra. Na nossa avaliação, o melhor é fazer a reforma da Previdência. Há três semanas, estive em um debate em Fortaleza promovido pelo Tribunal de Contas da União, e lá estavam o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho

(PSB), e o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). Em meio às discussões, o governador do Piauí falou: a gente tem que debater a reforma da Previdência. Para mim, isso foi uma surpresa, porque ele é do PT, mas sente o peso do sistema previdenciário nas contas. A reforma da Previdência vai ter que ser debatida de uma forma transparente. Você pode divergir qual a idade mínima ideal, qual é o mecanismo de transição, exatamente qual é o requisito de aposentadoria pelo regime geral. Pode debater tudo isso. Agora, terá que ficar claro o que será necessário.

O gasto hoje do Brasil com a Previdência é igual ao de muitos países desenvolvidos?

A gente gasta hoje com Previdência o mesmo que um país que tem 30% de pessoas com mais de 65 anos na população economicamente ativa, o dobro do que existe hoje. De acordo com dados da OCDE, em 2009, o Japão tinha 35% da população acima de 65 anos e gastava 10% do PIB. A gente, com 10% de pessoas com a mesma idade, gastava 11,4% do PIB. E nós seremos o Japão (em termos de idosos) daqui a 30 anos.

Isso é pouco tempo?

Para a Previdência, é um tempo muito curto. Quando se fizer a reforma, as regras não começarão a valer no ano seguinte. Tem um período de transição e não podemos nos dar ao luxo de ele ser muito longo. As pessoas começam a dizer que a reforma só vai valer para quem entrar no mercado de trabalho após a aprovação pelo Congresso. Espere aí. Então, daqui a 35 anos, faremos outra reforma? Temos que perder o medo desse debate. Se não quer fazer, tudo bem. Mas vai ter um custo muito grande.

É preciso aproveitar a reforma para acabar com privilégios de grupos específicos.

Com certeza. É preciso explicitar e começar um debate. Regimes especiais são o que mais pesam na conta de estados e municípios. Os governos regionais gastam muito com aposentadorias de médico, professores e com profissionais da área de segurança pública. No caso dos estados, policiais e professores são os que mais pesam nas despesas com Previdência, porque é regime especial e muitos se aposentam depois de 25 anos de serviço. Qualquer governador de estado vai falar que os regimes especiais de aposentadoria pesam muito nas despesas. Diante disso, era

para eles fazerem um lobby junto do Congresso para explicar o quanto isso custa.

Esse debate ideológico vai prevalecer no caso da PEC que limita o aumento de gastos?

Não sei. Com certeza, haverá um grupo no Congresso que vai falar que não se deve limitar gastos. Mas a gente, como sociedade, tem que ter um debate sério. Normalmente, todo mundo é a favor de se fazer ajuste fiscal, desde que não se diga como. Quando se diz como, em qualquer país do mundo, significa duas coisas: ou corta despesa ou aumenta a receita. Não tem segredo. Se você tentar fazer mágica, vai acabar no TCU (Tribunal de Contas da União). Mas eu vou dizer uma coisa. Não existe vaca sagrada em termos de política pública. Qualquer política pública tem que olhar custo, financiamento e ver se aquele custo se justifica pelo benefício. Não tem que ter medo de discutir.

E tem prazo para aprovar essa PEC?

O ideal é que ela seja aprovada ainda neste ano. Mas, mesmo que não seja, vamos fazer um Orçamento de 2017 como se a PEC estivesse em vigor. Nós já sabemos, exatamente, qual será a despesa do próximo ano. Para enfrentar as pressões por mais despesas, teremos que ser muito fortes e muito duros. O orçamento deste ano não foi deste governo, mas o de 2017 será. Qualquer flexibilização além do que está programado exigirá mais receita. Se quiserem R\$ 1 a mais de gasto, terá que ter R\$ 1 a mais de receita. Não tem mágica.

O senhor fala em ser duro, mas o governo cedeu e aprovou reajustes a servidores e renegociou dívidas de estados, ampliando as despesas.

No caso dos servidores, o risco de barrar os acordos firmados com o governo anterior seria muito alto. Avaliamos o custo-benefício e percebemos que era melhor cumprir o acertado. Em relação aos estados, a renegociação evitou perdas maiores. Havia um processo no STF (Supremo Tribunal Federal). Se não cumpríssemos o prazo dado pelo tribunal, a conta do não pagamento de débitos só aumentaria. A situação está difícil para todo mundo. A melhor forma de recuperar receita dos estados, dos municípios e do governo federal não é elevando a dívida pública, mas retomando o crescimento, pois a arrecadação voltará a aumentar.

--

Notícias, Informações e Debates
sobre o Desenvolvimento do Brasil:

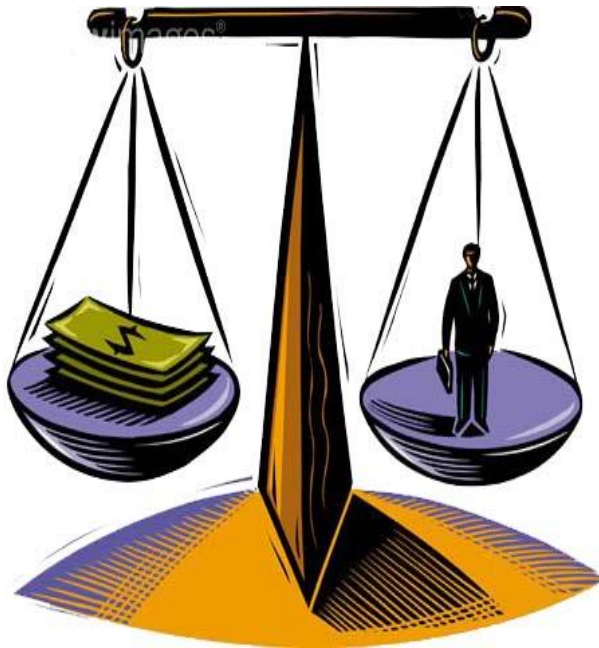
www.desenvolvimentistas.com.br

A presente crise econômica brasileira é diferente das demais. "É fundamental o setor público retomar seu protagonismo". Entrevista especial com Felipe Rezende

Terça, 21 de junho de 2016 -
<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/556625-a-presente-crise-economimca-brasileira-e-diferente-das-demais-e-fundamental-o-setor-publico-retomar-seu-protagonismoq-entrevista-especial-com-felipe-rezende>

“No Brasil a discussão é sempre a mesma, de austeridade fiscal - costume dizer que a febre da austeridade fiscal se espalhou pelo mundo inteiro. Esse é um impasse na economia brasileira”, afirma o economista.

A atual **crise econômica brasileira**, considerada por alguns a pior dos últimos 80 anos, tem essa magnitude porque se trata de uma crise de “falha de diagnóstico”, defende o economista **Felipe Rezende** na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**.



Segundo ele, a recessão atual é consequência de uma crise de alavancagem, principalmente nos balanços das empresas não financeiras, que iniciou logo após a crise financeira internacional de 2007, quando as empresas brasileiras começaram a enfrentar uma “situação de déficit”.

Imagem: www.slmadv.com.br

O quadro “piorou em 2008, melhorou um pouco em 2009, (...) mas a partir de 2010 essas empresas voltaram a ter **déficit**, e a situação foi piorando até 2013, quando elas alcançaram quase 4% do **PIB** de déficit”, informa. Ao mesmo tempo em que as empresas se endividavam, frisa, “não houve uma geração de caixa para a economia como um todo e, portanto, as empresas começaram a ter dificuldades”.

Na tentativa do **governo Dilma** de recuperar o investimento na **economia brasileira**, avalia, “alguns aspectos foram negligenciados”, ao se fazer um “diagnóstico de que a mera **redução dos custos do capital**” e as políticas adotadas pela equipe econômica entre 2011 e 2014 seriam suficientes para reverter a situação. “Mas essa política acabou sendo insuficiente e esse foi um erro estratégico do governo, porque embora eles tenham reduzido esses custos, o retorno esperado do capital caiu muito mais rápido”.

Apesar de a política adotada pela equipe econômica não ter sido a “mais adequada”, o economista defende que não se pode concluir que a “**crise atual** aconteceu em função das intervenções do Estado na economia”. Ao contrário, pontua, a política adotada “só foi mal desenhada e o tamanho foi inapropriado, dada a dimensão da crise”.

Na entrevista a seguir, **Rezende** defende que por conta de um diagnóstico equivocado acerca da origem da crise, a equipe econômica e muitos economistas “acabam prescrevendo políticas inadequadas, que não tratam a natureza do problema”. Nesse momento, adverte, o fundamental para retirar o país da crise é criar empregos e permitir a acumulação líquida de ativos dentro do setor privado - reequilibrando, assim, o balanço das empresas não financeiras- e isso só será possível através de déficit público, porque nesse cenário, avalia, “é pouco provável” que o “investimento privado será recuperado e aumentado nos próximos anos”. Dada a situação externa de crise nas demais economias, pontua, o retorno financeiro também não virá do exterior, de tal modo que é preciso recorrer ao setor público.

“O **setor privado** não consegue sair sozinho de uma crise dessas, porque todo o tipo de resposta que o setor privado adotar, fará com que a crise fique cada vez mais intensa. Aí entra a necessidade de o **setor público** tentar conter essa crise, mas esse não é o tipo de discussão que temos hoje no país”, comenta. E enfatiza: “O setor privado precisa acumular ativos líquidos com o tempo - isso é fundamental em uma economia capitalista - e precisa ter déficits públicos para que isso aconteça; não há outra forma”.

Felipe Rezende é mestre e doutor em Economia, com especialização em Teoria Monetária e Macroeconomia Financeira pela Universidade de Missouri–Kansas City. Atualmente é professor associado do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges, em Genebra, Nova York.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor tem feito um diagnóstico diferente acerca da atual crise econômica. Em que consiste?

Felipe Rezende – Nos últimos três anos, desenvolvi um trabalho patrocinado pela **Fundação Ford** com o **Instituto Multidisciplinar de Desenvolvimento e Estratégia – MINDS** no Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar os indicadores da **crise brasileira**. Foi surpreendente porque se trata de um



Imagem: ciberduvidas.iscte-iul.pt

estudo inédito no Brasil e consiste em defender que a crise econômica brasileira atual é diferente das demais crises que já ocorreram no país e pode ser caracterizada como uma crise dentro dos **balanços do setor privado**, em particular das empresas não financeiras.

Com base nesse estudo, é possível perceber que desde 2007 essas empresas têm tido uma situação de **déficit**, ou seja, estão gastando mais do que recebem. Isso piorou em 2008, melhorou um pouco em 2009, quando elas praticamente zeraram a conta, mas a partir de 2010 essas empresas voltaram a ter déficit, e a situação foi piorando até 2013, quando elas alcançaram quase 4% do **PIB** de déficit.

À época, quando olhei para esses dados, já estava claro que se tratava de um ciclo de alavancagem no Brasil, que tinha um **déficit insustentável** para as empresas, porque elas não conseguem rodar esses déficits por muito tempo. Então, isso prejudicou muito o balanço das empresas, que tiveram um endividamento líquido. Num primeiro momento, elas tentaram reverter esse ciclo através do **cutte de gastos**, e isso explica muito bem a **crise econômica atual**.

IHU On-Line – O que você denomina de empresas não financeiras? Trata-se da indústria em geral?

Felipe Rezende – Essa é uma categoria do **IBGE**, que classifica, dentro do setor privado, as empresas financeiras, não financeiras e as famílias. Na categoria de não financeiras estão as indústrias e as empresas em geral.

IHU On-Line – O que aconteceu para que as empresas não financeiras tivessem uma crise de balanço de pagamentos? Alguns economistas têm avaliado que o governo ofereceu sucessivos estímulos ao investimento, financiamentos a baixo custo, isenções fiscais para tais empresas, mas mesmo assim chegou-se a esse cenário de crise econômica e de recessão. Nesse sentido, os incentivos foram insuficientes? O que deu errado?

Felipe Rezende – Esse trabalho que desenvolvi segue a estrutura teórica do economista americano **Hyman Minsky**, que ficou muito conhecido na **crise global de 2008**, e trabalha com uma hipótese de pesquisa muito simples: durante períodos de prosperidade e de expansão se desenvolve uma fragilidade financeira, e isso tem a ver com a forma com que as empresas financiam investimentos; isto é, elas trabalham com uma combinação de lucro retido, endividamento e emissão de ações, mas durante o período de prosperidade, essas

empresas mudam esse mix do financiamento por sentirem que estão mais otimistas e confiantes de que a economia está robusta e acabam tendo um ciclo de alavancagem. Então, trata-se de uma resposta natural, a **prosperidade financeira** é endógena e sistêmica e acontece como parte do processo de desenvolvimento.

O Brasil pré e pós-crise

No período de pré-crise, entre 2002 e 2007, houve uma expansão muito grande dos lucros agregados e a partir desse momento as empresas se sentiram confiantes para aumentar seus endividamentos líquidos. Contudo, pós-crise, entre 2007 e 2008, houve uma **mudança estrutural** tanto para a economia doméstica quanto para a economia global, dada a crise financeira. Pelo lado da economia global, não se teve mais o mesmo padrão de comércio de fluxo financeiro que existia antes da crise financeira, e isso afetou os lucros agregados para as empresas não financeiras no Brasil, uma vez que os lucros são fundamentais para cumprir os compromissos financeiros que elas assumiram no momento pré-crise.

No Brasil, no período pré-crise, os lucros agregados explodiram e tiveram um crescimento expressivo, mas pós-2008 os lucros estagnaram e, logo em seguida, sofreram uma queda significativa e isso gerou uma situação complicada, porque aumentou o endividamento das empresas, mas não houve uma geração de caixa para a economia como um todo. Assim, as empresas começaram a ter dificuldades, tanto que em 2011 já houve uma constante queda do retorno sobre os ativos e a partir desse momento houve também uma queda sobre o capital próprio – analisando a situação das 500 maiores empresas brasileiras, é possível perceber esses dados.

Ainda em 2011 houve também uma queda sobre os ativos e sobre o lucro. Tudo isso gerou um estresse muito grande porque as empresas, ao olharem suas decisões de investimento para o futuro, perceberam uma queda abrupta desse retorno. A partir daí, houve uma **redução do investimento** e, desde então, a **taxa de crescimento** vem caindo no país, até chegar a um patamar em que ficou negativa. Ou seja, esse não foi um processo que aconteceu em 2014; já em 2011 a taxa de crescimento do investimento caiu, sendo influenciada por essas mudanças estruturais e começou a ficar negativa a partir de 2014 e 2015.



"Durante o governo Dilma houve uma tentativa de recuperar o investimento, mas o governo fez uma análise pelo lado dos custos" **Negligências** Nesse momento, alguns aspectos foram negligenciados, porque durante o **governo Dilma** houve uma tentativa de recuperar o investimento, mas o governo fez uma análise pelo lado dos custos, e a decisão do investimento considera dois fatores: o retorno esperado sobre o capital, ou seja, o retorno monetário que se espera ganhar quando se compra um ativo produtivo, e o custo desse ativo. Se o retorno esperado pela empresa for maior do que o valor que ela tem de pagar, ela vai em frente e investe - essa é a decisão empresarial. Só que no Brasil houve um diagnóstico de que a mera **redução dos custos do capital**, dos custos de aquisição – e aí entra uma série de políticas de utilização de bancos públicos para diminuir a taxa de juros e políticas de incentivos de subsídios justamente para tentar diminuir os custos de aquisição do capital - seria suficiente.

Mas essa política acabou sendo insuficiente e esse foi um erro estratégico do governo, porque embora eles tenham reduzido esses custos, o **retorno esperado** do capital caiu muito mais rápido. Então, como disse antes, se a decisão empresarial, para o empresário investir, precisa de um retorno sobre o capital que é influenciado pelas suas expectativas do que se espera receber no futuro, mas se esse retorno cai mais rápido do que o custo de aquisição do capital, o empresário não investe. Então, essa é uma situação clássica.

O exemplo dos EUA

Inclusive, de uma forma análoga, o mesmo aconteceu nos **EUA**, porque embora no período pós-crise o banco central americano tenha tentado baixar as **taxas de juros**, mesmo com taxas de juros muito baixas o investimento não aconteceu, pois naquele momento o retorno esperado desses investimentos também era negativo. O **Brasil** passou por uma situação idêntica no sentido de que o custo do capital até caiu um pouco em função da atuação dos bancos públicos e da **política de desoneração**, mas isso foi insuficiente, dada a queda abrupta do retorno esperado sobre o capital.

A adoção dessas políticas não foi a forma mais adequada de lidar com esse problema, e a crítica que vem sendo feita é de que a crise atual aconteceu em função das intervenções do Estado na economia, as quais falharam e, portanto, isso causou um descontrole nas contas públicas com quebra de confiança. Isso é gravíssimo e é semelhante ao que aconteceu na crise americana

quando o presidente Obama tentou passar o estímulo fiscal em 2009, na casa de 787 bilhões de dólares, no Congresso americano, e houve uma crítica de que esse valor seria muito pequeno, mal desenhado e ineficaz para lidar com o tamanho da crise americana. Uma vez que o Estado tentou dar um estímulo fiscal, que era inadequado, a crítica feita é a de que a política fiscal não funciona, o que não é o caso; ela só foi mal desenhada e o tamanho foi inapropriado, dada a dimensão da crise. O Brasil passou por um processo semelhante porque utilizou instrumentos que não foram eficazes.

Diagnóstico da crise

Estou focando muito no diagnóstico da crise, porque se o diagnóstico que faço é correto, ou seja, se houve uma deterioração no balanço das empresas, não vai ser somente a redução de custos que vai reverter esse quadro, nem mesmo a austeridade fiscal. Os dados mostram que economias que passaram por esse ciclo de alavancagem tão intenso como o Brasil passou, têm uma situação dolorosa pela frente. Então, ao analisarem a crise atual, economistas e analistas de mercado não levam em consideração que essa crise é diferente das demais.

IHU On-Line – A equipe econômica, quando tomou as decisões sobre as desonerações e outras medidas, tinha clareza acerca de qual era a natureza da crise? O que poderia ter sido feito de diferente?



"As crises que o Brasil vivenciou até então foram crises externas, e as políticas desenhadas para isso eram exatamente as mesmas que estão sendo implementadas agora"

Felipe Rezende – Acredito que não, e tenho publicados artigos justamente para chamar a atenção para esse ponto. Durante uma conferência realizada em 2013 no Rio de Janeiro, na qual alguns membros do governo compareceram, à época eu já afirmava que a fragilidade financeira estava aumentando, mas o Brasil não está acostumado com crises de fragilidade financeira. As crises que o Brasil vivenciou até então foram, basicamente, crises externas, e as políticas desenhadas para isso eram exatamente as mesmas que estão sendo implementadas agora.

Esse é um erro fundamental. Por essa crise ser diferente e pelo fato de muitos formuladores de política econômica e economistas não prestarem atenção na natureza da crise, acabam prescrevendo

políticas inadequadas que não tratam a natureza do problema. Essa já é a pior crise dos últimos 80 anos, justamente por ter essa falha de diagnóstico, de tal modo que se implementam políticas que não têm a ver com as causas da crise atual.

Você perguntou o que poderia ter sido feito. Sempre que há crises causada por uma deterioração do balanço do setor privado, ou seja, sempre que se tem um endividamento líquido e uma crise de alavancagem, é necessário trabalhar nos seguintes passos: é fundamental recuperar o balanço, ou seja, para minimizar o endividamento é preciso de uma acumulação de ativos, e isso só pode ser feito se forem gerados os lucros agregados. Os lucros são uma combinação do investimento total, mais os déficits públicos, mais o saldo de transação corrente, menos a poupança dos trabalhadores, mais o consumo dos capitalistas; essa é uma identidade contábil. Quando se olha para isso, esses lucros são fundamentais porque são gerados para a economia como um todo e, num nível micro, as empresas capturam esses lucros através de políticas de preços, poder de mercado, e políticas de inovação.

Recuperação do balanço do setor privado

Como se consegue, então, recuperar o balanço pelo lado dos ativos? É preciso ter um saldo positivo no final do ano e para isso é fundamental que se volte a ter aumento dos lucros; aí se olha a equação de investimentos, que contempla dois fatores: o **investimento público** e o **investimento privado**. Nesse cenário, é pouco provável que o investimento privado seja recuperado, porque não há nenhum indicador hoje de que ele será recuperado e aumentado nos próximos anos. O investimento público, de outro lado, está parado, muitas empresas estão envolvidas em esquemas de corrupção e mesmo que se quisesse que essas empresas voltassem a investir seria difícil, visto que não há ainda nenhum acordo de resolução da crise para que elas possam sobreviver, apesar dos casos de corrupção, como foi feito em outros países. Ou seja, tem de punir a administração dessas empresas, mas as empresas enquanto instituições continuam dentro do sistema.

Pelo lado do setor externo, também não haverá retorno porque ele está desacelerando: a **China** está desacelerando, os **EUA** estão passando por um processo de estagnação, a **Europa** está em crise, e a economia britânica está pensando em sair da Zona do Euro. Então, o crescimento não virá do lado do setor externo nem do lado da demanda e dos preços. Portanto, estamos numa situação em que só resta o **déficit público**.

Recuperação via déficit público

Em 2014 fiz algumas simulações para estimar como as empresas recuperariam seus balanços, imaginando que o **déficit público** teria de ser 9% do **PIB**. No final de 2015, o déficit público foi de 9,5% e, na minha avaliação, esse déficit acaba sendo uma resposta para esse tipo de **crise**. Quando se olha para as economias que passaram por esse tipo de situação, como a americana, percebe-se que o que a salvou não foi o estímulo fiscal do **Obama**, mas o que chamamos de estabilizadores automáticos. Ou seja, durante uma **necessão** se tem uma queda da atividade econômica e com isso uma queda de receitas, porque os lucros são menores. Nesse cenário, as receitas do governo caem e as despesas sobem, porque há gastos com seguro-desemprego, transferências para estados e municípios etc.

Mas os chamados estabilizadores automáticos garantem que o orçamento responda à deterioração da atividade econômica, ou seja, não depende do Congresso para que esses déficits do Estado aconteçam. Esse é um fator muito bom para conter a crise, porque ao **aumentar o déficit público**, se acaba contribuindo para a estabilização da renda do setor privado, e essa estabilização é fundamental não só para garantir a estabilidade econômica, mas para garantir a estabilidade do sistema financeiro. Isso ocorre porque a crise de endividamento, ao estabilizar os fluxos de renda, automaticamente contém o aumento da inadimplência dentro do sistema e, por consequência, contém uma deterioração dos ativos do sistema financeiro. Então é positivo que o **déficit público** cresça dessa forma durante uma crise de alavancagem.

Só que no Brasil a discussão é sempre a mesma, de austeridade fiscal - costumo dizer que a febre da **austeridade fiscal** se espalhou pelo mundo inteiro. Embora os déficits sejam necessários, politicamente eles trazem um desafio muito grande e foi exatamente isso que aconteceu, porque tanto **Levy**, quanto **Barbosa** e agora o Ministro **Meirelles** defendem a mesma tese de que tem de se fazer ajuste fiscal: uns acreditam que ele tem de ser feito no curto prazo, como **Levy**, e outros, como **Barbosa**, que ele tem de ser feito no médio e longo prazo. Mas o fato é que a discussão é sempre a mesma e esse é um impasse na economia brasileira.



"No Brasil a discussão é sempre a mesma, de austeridade fiscal - costumo dizer que a febre da austeridade fiscal se espalhou pelo mundo inteiro"

Diagnósticos e argumentos da crise econômica

Se o diagnóstico é de que a crise foi causada pela matriz econômica com o aumento de **déficit público**, com descontrole das contas públicas, e isso causa a quebra de confiança e aumento da **taxa de juros**, seria natural, segundo esse argumento, tentar controlar as contas públicas, exatamente como estão tentando fazer agora – o que acho equivocado. Contudo, outro diagnóstico é o de entender a crise como uma **crise de alavancagem financeira**. Segundo a hipótese de fragilidade financeira, houve um ciclo de alavancagem muito grande para o Brasil, o qual gerou uma diminuição de gastos para justamente tentar recuperar o balanço e isso criou um viés recessivo muito intenso, então a solução da crise tem de ser outra.

Fiz várias reuniões em **São Paulo** e várias empresas dizem a mesma coisa: nos últimos 15 meses tudo que fizeram foi cortar gastos e dizem que não têm mais onde cortar, e, mesmo cortando esses gastos, não se muda o cenário de **crise de balanços**, porque esse é um dos paradoxos da economia. Embora num nível micro para as empresas faça sentido cortar gastos, se num nível macro mais empresas começam a fazer o mesmo, a economia como um todo começa a cortar gastos e isso significa diminuição da produção, queda de emprego, de salário, a renda como um todo cai, e as receitas, em muitos casos, caem até mais fortemente do que o corte de gastos, e as empresas continuam no negativo.

É nesse cenário recessivo que o país se encontra. Por isso que o **setor privado** não consegue sair sozinho de uma crise dessas, porque todo o tipo de resposta que o setor privado adotar, fará com que a crise fique cada vez mais intensa. Aí entra a necessidade de o **setor público** tentar conter essa crise, mas esse não é o tipo de discussão que temos hoje no país.

IHU On-Line – De que modo aumentar o déficit público ajudaria a conter a crise de balanço de pagamento das empresas?

Felipe Rezende – Para o setor não governamental ter um superávit em suas contas, o **setor público** precisa ter um déficit necessariamente. Então, considerando o setor não governamental dividido entre o setor privado doméstico e o setor externo, se tem o seguinte cenário: o saldo do **setor privado** é igual ao déficit público mais o saldo de transações correntes; essa é a equação fundamental e isso não é uma teoria, é uma identidade contábil. Em um cenário em que o **saldo de transações correntes** é igual a zero, então o saldo do setor privado doméstico é igual ao déficit público, ou seja, se o déficit público aumenta, aumenta também o saldo do setor privado doméstico, dado o equilíbrio das transações correntes.

Então, numa condição em que o setor privado doméstico roda com déficit em seus saldos, esse déficit só consegue ser revertido de duas formas: ou se tem um superávit no saldo de transações correntes ou se tem aumento do déficit público. A economia brasileira, historicamente, tem um déficit das transações correntes; o período em que o Brasil teve um saldo positivo em transações correntes foi no período pré-crise, que foi um período de bolha, o qual durou pouco tempo. Então é normal, devido à fatores estruturais da economia brasileira, que o país tenha um déficit em transações correntes.

Possíveis cenários

Mas isso é complicado porque se o setor externo não vai contribuir para aumentar esse saldo, e só resta uma coisa a fazer, que é apelar para o déficit público, no caso do Brasil a expectativa é de que, em função da queda das atividades econômicas, se tenha uma diminuição do déficit das transações correntes. O valor registrado em Abril de 2016 foi equivalente a 1,97% do PIB. Mas numa previsão de -1% de déficit, o setor privado doméstico tem um saldo positivo somente se o déficit do governo for maior do que 1%, porque se o déficit do governo for igual a 3%, 3 mais -1 tem um saldo positivo de 2 para o setor privado doméstico. Essa é a conta a ser feita e é por isso que o déficit público acaba beneficiando o setor privado. Mas se há um cenário em que o déficit de transações correntes é de 2% do PIB, para permitir que o setor privado doméstico tenha um superávit de 5%, o que é uma previsão razoável em momentos de crise, o déficit público tem de ser igual a 7%, porque 7 menos 2 é igual a 5.

Então, é dessa forma que o **déficit público** ajuda o **setor privado**, porque o saldo positivo do setor privado doméstico indica que o setor privado está acumulando ativos. Aí a pergunta é: Como se tem uma acumulação de ativos? Através de saldos positivos nas contas; essa é a questão fundamental.

IHU On-Line – Então o Estado tem que ter um déficit permanente ou é possível equilibrar as contas públicas em algum momento?

Felipe Rezende – Essa é um excelente pergunta. Vamos analisar o cenário da economia brasileira: devido a fatores estruturais da nossa **organização industrial** e de padrões de financiamento interno e externo, há essa tendência de déficit em transações correntes. Ora, se há um **déficit em transações correntes** na casa de mais ou menos 2%, se o governo tentar ter uma conta

equilibrada, como foi proposto antes da crise - vários economistas fizeram a proposta de déficit nominal zero -, o saldo do setor privado, necessariamente, será igual a -2%, e isso é insustentável, posto que déficits dentro do setor privado são insustentáveis, porque tem essa acumulação líquida de endividamento.

Aí a pergunta a fazer é a seguinte: O **setor público** tem que rodar esses déficits durante muito tempo? Se há uma posição de déficit em transações correntes, sim, para permitir o funcionamento do setor privado. O **setor privado** precisa acumular ativos líquidos com o tempo - isso é fundamental em uma **economia capitalista** - e precisa ter déficits públicos para que isso aconteça; não há outra forma.



"Existem déficits muito grandes no Brasil, mas a composição desses déficits é muito ruim, porque basicamente são compostos pelo pagamento de juros"

fez com que governos tivessem que gerar esses déficits. Só que a discussão do Euro é um pouco diferente porque os países não têm soberania monetária, ou seja, as economias, como a espanhola e a portuguesa, são como os estados de Nova York ou Califórnia, não emitem a própria moeda. Então, a capacidade deles de suportarem esses déficits públicos acaba sendo diminuída e esse foi um dos fatores que gerou a crise do Euro; ou seja, ela aconteceu exatamente em função da perda da soberania monetária. Isso porque tem uma queda de receita e um aumento de despesa – o mesmo mecanismo que mencionei dos estabilizadores automáticos -, só que a capacidade dessas economias de gerar déficits públicos é limitada porque elas não são emissoras das suas próprias moedas, coisa que a Inglaterra decidiu não fazer, porque, mesmo fazendo parte da União Europeia, continuou emitindo a sua própria moeda.

É importante cada nação utilizar sua própria moeda, porque isso aumenta a capacidade de ter déficits públicos para suportar a economia e o processo de desenvolvimento. Por exemplo, o Japão tem uma dívida de mais de 200% do PIB e teve downgrade na virada do milênio, e já naquele momento se anunciava uma crise fiscal para a economia japonesa, que nunca aconteceu, porque o país é soberano monetariamente e opera com câmbio flutuante. O

Déficit da União Europeia

Fiz esse cálculo inclusive sobre a crise do Euro, e a conclusão foi exatamente a mesma: o setor privado teve déficits durante muito tempo, e dado o déficit em transações correntes, resultou em uma crise de alavancagem, isso

Brasil, desde 1999, opera dessa forma, isto é, o Estado brasileiro é o emissor de sua própria moeda e opera com uma taxa de câmbio flutuante. Assim se aumenta a capacidade de rodar esses déficits fiscais, então, a solvência não é um fator de preocupação.

Muitas das discussões que tenho com economistas no **Brasil** são exatamente sobre isso: somos capazes de rodar esses déficits? Sim, somos, porque todas as obrigações são feitas como obrigações do Estado, pois você só consegue pagar seus impostos se o Estado emitir as obrigações dele primeiro, pois o Estado precisa gastar primeiro ou o **Banco Central** precisa fornecer uma linha de empréstimo para que o setor não governamental consiga pagar suas obrigações.

IHU On-Line – Então mesmo com o déficit público, o Estado tem condições de financiar as políticas sociais, por exemplo?

Felipe Rezende – A discussão primeira é sobre a **solvência fiscal**, e não há esse problema de solvência porque o Brasil opera com moeda soberana. Então, a questão é: o Estado pode rodar déficits dessa magnitude sem que pressione a inflação? Ou seja, a pergunta sempre tem que ser qual o impacto dos **deficits públicos** na economia, porque isso não quer dizer que o Estado pode gastar sem problema nenhum - não é isso que estou falando. Mas se é possível concluir dessa discussão que não há risco de solvência, então é possível passar para a próxima pergunta: Qual é o impacto desse déficit público na economia? Isto é, existem recursos disponíveis não utilizados e é possível mobilizá-los através de gastos públicos para ter uma retomada da atividade econômica? A próxima pergunta é: Esses gastos governamentais terão impacto nos preços da economia e quais tipos de preços serão afetados? Logo, tem uma análise muito mais sofisticada do que o debate atual, e posteriormente voltamos à sua pergunta inicial.

Existem déficits muito grandes no **Brasil**, mas a composição desses déficits é muito ruim, porque basicamente são compostos pelo **pagamento de juros**. Embora esse déficit seja expressivo, ele acaba não ajudando muito a recompor os balanços daquelas empresas que mais precisam, que são as empresas não financeiras, que tiveram esse **ciclo de alavancagem**.

Portanto, a qualidade do déficit público não é ideal, ou seja, a qualidade desse gasto não está indo para os setores que mais precisam, e aí é fundamental mobilizar diferentes setores da sociedade para que isso aconteça. Enfim, essas empresas com capacidade ociosa poderiam avançar em **investimento**, em infraestrutura, construção civil, saneamento, mobilidade urbana, o

que é fundamental hoje para o país.

IHU On-Line – Você já fez um cálculo de como as contas públicas poderiam ser readequadas para que o déficit público tivesse esse impacto positivo na economia?

Felipe Rezende – O Brasil enfrenta hoje problemas de forte **desemprego** e queda da **atividade econômica**. Por um lado, havia toda uma preocupação convencional de que a inflação era basicamente alimentada pela demanda. Essa premissa hoje não é mais válida. Se olharmos todos os indicadores de demanda, veremos uma queda muito forte nos últimos oito meses e a inflação praticamente não se mexe. Então, apesar de grande parte dos analistas e economistas brasileiros afirmar que o **superávit primário** era fundamental para conter a **inflação**, essa teoria foi por “água abaixo”, porque a demanda desabou.

Inclusive o **Banco Central** tem uma posição de esquizofrenia, porque não consegue defender o próprio modelo. Grande parte do mecanismo de transmissão da política do Banco Central é através de canais de demanda, o que coloca o Banco Central em uma posição muito complicada, porque para tentar convencer o público de que ainda são os “guardiões da estabilidade monetária”, tentando conter a inflação, o BC mantém os juros elevadíssimos, e justamente isso é ineficaz.

É fundamental o **Banco Central** reconhecer esse erro no modelo que, inclusive, não só falhou em prever uma das maiores crises da história do capitalismo, que foi a **crise global** de 2007/2008, mas também falhou na avaliação das políticas que foram adotadas no período pós-crise. Esse modelo não só não funciona em períodos de prosperidade, como falha significativamente em períodos de crise. O Banco Central está atuando hoje no Brasil como se essa fosse uma crise como qualquer outra, o que não é. Então o Banco Central tem que reconhecer que essa crise é diferente.

Intervenção estatal

Você perguntou sobre os impactos: tem uma política que foi adotada em outras economias, em que o Estado se torna o empregador de última instância, justamente para conter o **desemprego**. Assim o Estado acaba sendo o financiador desses empregos por meio de parcerias com o setor privado, com **ONGs** e projetos comunitários financiados pelo governo federal. Além disso, é preciso ter uma ajuda para os estados e municípios, ou seja, é preciso fazer transferência de renda e é por isso que temos uma União. É fundamental entender que grande parte dessa **crise dos estados** pode ser explicada com essa **recessão** que vem

acontecendo no Brasil. Ou seja, a recessão acontece, as receitas caem, as despesas aumentam e os estados ficam em uma posição em que não conseguem sustentar esses déficits, e é fundamental que o governo federal dê essa ajuda a eles.

Há uma discussão sobre o **refinanciamento da dívida dos estados**, mas nesse momento de emergência é fundamental que o Estado contribua com transferências para os estados e municípios para serviços fundamentais, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança, pois tem que manter esses setores.

Capacidade de investimento

Recentemente um relatório da McKinsey sobre os investimentos em diferentes economias mostra que o **Brasil** é um país de extremos. O relatório apresenta o **valor do estoque em infraestrutura**, que segundo a média mundial é de 71% do PIB. O estoque de ativos de infraestrutura do **Japão**, que está no extremo, é de 179%, o da **China** é 76%, o dos **Estados Unidos**, 64%, **Índia**, 58%, **Reino Unido**, 57%, e o do **Brasil** é 16%. Ou seja, é um estoque muito abaixo da média mundial. Portanto, há muito espaço para o Brasil avançar nessa área, não só através de investimentos públicos ou privados, mas é preciso ter a combinação dos dois e, dada a crise atual, não é possível esperar que o setor privado vá liderar esse processo. Então, por todos os motivos que falei, é fundamental que o setor público vá em frente e tenha um investimento muito forte. Nesse sentido o **PAC** é um avanço institucional muito grande e poderia ter sido um pouco mais agressivo, dada a necessidade do Brasil em avançar em infraestrutura.

IHU On-Line - Como os outros economistas veem sua proposta de retomar o investimento mesmo com a existência de déficit público?

Felipe Rezende – Muitos deles ficaram surpresos, no sentido de que não olhavam a crise dessa forma, mas como fiz um levantamento empírico da **economia brasileira**, agora entendem e acabaram admitindo que foram otimistas demais. Assim, muitos acabaram revisando suas premissas e entendem que é fundamental o **setor público** retomar seu protagonismo de modo a retomar o investindo para estimular o setor privado, o que gera lucros agregados para a economia como um todo, permitindo essa recuperação dos fluxos de caixa. Com isso se tem o aumento do retorno esperado e se cria um ambiente positivo de expectativa, e o crescimento volta. Por isso que, geralmente, em crises dessa

natureza o setor público é fundamental para assegurar e estabilizar a renda da produção como um todo para que o **setor privado** possa voltar a investir.

Infelizmente, hoje o que está sendo discutido é o contrário, ao se tentar controlar as **contas públicas** através de **ajuste fiscal**. Isso gera venda de ativos do Estado, privatização, corte de gastos sociais etc.

Por Patricia Fachin

matias spektor



É doutor pela Universidade de Oxford e ensina relações internacionais na FGV. Escreve às quintas.

Risco externo

07/07/2016 -

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2016/07/1789236-risco-externo.shtml>

Compartilhar95

Mais opções

É uma velha tradição da classe política brasileira só atentar para grandes transformações globais quando já é tarde demais.

Foi assim em 1979, quando a elite governante sentiu que algo estava acontecendo, mas levou anos para entender o significado e o alcance da "globalização". E foi assim em 2009, quando a crise financeira do Atlântico Norte dominou as atenções em Brasília, e quase ninguém registrou o problema — tão ou mais grave para nossos interesses — de desaceleração da China.

Em ambos os casos, os governos de plantão foram incapazes de interpretar mudanças globais a tempo de reagir de forma estratégica. A reação, quando finalmente chegou, foi atabalhoada.

Nossa tendência a repetir esse equívoco deve-se a um problema estrutural: o Brasil está longe dos grandes centros de reflexão, sua economia é relativamente fechada e sua elite não é globalizada. Ao contrário de Índia, México e Hong Kong, aqui o inglês não é língua franca. Mesmo nos mais altos escalões, todos se referem ao resto do planeta como "lá fora". Tomar a temperatura do mundo em tempo real vira um desafio árduo.

Em 2016 temos mais do mesmo. Em meio à crise nacional, o país volta-se para dentro. Quando a crise acabar, voltaremos a olhar para fora e, mais uma vez, descobriremos que muita coisa mudou. Quem for governo terá de correr atrás do prejuízo com a desvantagem de quem chega atrasado.

Os Estados Unidos encontram dificuldade para manter o ordenamento global que, apesar de suas brutais injustiças e turbulências, foi e continua sendo central para nosso desenvolvimento. A Europa desunida chacoalha o tabuleiro geoeconômico do qual dependemos. A América do Sul, com a paz colombiana equacionada, assiste a uma reconfiguração do fluxo de cocaína e crime organizado na qual o Brasil já virou epicentro. E nossa economia está sendo moldada por um ambiente regulatório global inédito em áreas de alta tecnologia, comércio internacional e segurança cibernética. A roda gira.

É hora de quebrar o ciclo de despreparo que tem sido nossa marca registrada.

O Estado brasileiro tem boa capacidade instalada para coletar e processar informações sobre tendências globais. O que falta é um modelo de gestão capaz de absorver e integrar o conhecimento gerado em nossa rede de embaixadas e na pesquisa de ponta realizada no Banco Central, IPEA e outros ministérios.

O que temos hoje é um sistema pulverizado que produz material disperso e de utilidade limitada para quem governa. Bem gerida, porém, a estimativa de riscos externos (e as medidas necessárias para mitiga-los) seria um instrumento primoroso de política pública.

Compartilhar95

Celso Rocha de Barros, Sociólogo, Doutor U. Oxford ,

Para ter chances em 2018, esquerda precisa encarar a economia - <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/07/1787618-a-esquerda-e-a-economia.shtml>

Os economistas continuarão discutindo as melhores maneiras de aumentar a taxa de poupança ou de promover a inovação tecnológica, e cada um de nós concordará com uma das partes no debate, mas tudo que este texto pede aos intelectuais da esquerda brasileira é que não criem dentro dos partidos e movimentos progressistas um ambiente em que as ideias econômicas sejam julgadas apenas pela conformidade com a postura política geral do movimento. Foi assim que o partido republicano norte-americano morreu.

É preciso defender a autonomia do econômico diante das correntes intelectuais hegemônicas na esquerda desde 1968, como antes foi necessário defender a autonomia do político diante do marxismo ortodoxo. É preciso reconhecer a soberania do pensamento econômico sobre o território intelectual que lhe é de direito, ainda que continue sendo legítimo e necessário combatê-lo em seus momentos imperialistas. Quando perceberem em seus alunos o reflexo de chamar todo ajuste fiscal de "fiscalismo" ou todo aumento de juros de "rendição ao rentismo", matem essas ideias no berço.

CELSO ROCHA DE BARROS, 43, colunista da Folha, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford.

JANAINA TSCHÄPE, 43, é artista plástica.

A verdade de um liberal convicto

Ricardo Bergamini

A minha colocação abaixo é racional, isenta de masturbação mental ideológica, mas apenas na defesa do Brasil.

Desculpem a minha insistência no tema, porém estamos no limite de um grande golpe, assim sendo devemos estar alertas e preparados na defesa do Brasil.

Reflitam que a madama satã (Dilma) está sendo julgada pelo crime de responsabilidade fiscal (lei que tem como princípio primordial da obrigação dos governantes de gerarem superávit fiscal primário para pagamento de juros), estranhamente a primeira medida do governo Temer(ário) foi, de forma subliminar, revogar a lei de responsabilidade fiscal, com a oficialização do déficit fiscal primário como regra de administração pública, a princípio aceita pela sociedade apenas para a orgia herdada pela sua antecessora, porém o malandrinho está usando essa regra de exceção como política pública de seu governo, o que espero que o ministério público impeça o mais rápido possível, já que nossa luta como brasileiro digno e honrado é pela justiça acima de tudo.

Na defesa da verdade e da justiça desejo que os advogados da madame satã (Dilma) usem esse argumento. Não é justo, nem humanamente ou divinamente, aceitarmos que um nosso semelhante, por pior que seja, seja condenado por uma regra que o seu beneficiário imediato às mude. Uma vergonha internacional. Isso é golpe.

Os outros riscos desse golpe todos estão acompanhando pela imprensa o que se passa no congresso nacional para impedir a apuração dos crimes cometidos pelos aliados diretos do governo atual de plantão.

O novo governo de quase 40 anos no poder transformou o termômetro denominado de resultado fiscal em instrumento de política fiscal, assim sendo se projeta um déficit superdimensionado, onde todas as pressões cabem dentro dele. Poderíamos dizer que o novo governo (velhíssimo) criou a “A Política Fiscal Rexona” - sempre caba mais um gasto dentro dele -, assim sendo nunca haverá risco de erro, já que o objetivo a ser alcançado é o do déficit, e não do superávit que seria muito mais difícil de ser atingido. Creio que ninguém tem dúvida ser muito mais fácil atingir a meta de um déficit do que a de um superávit. Quando alguém questiona, a resposta será a padronizada, qual seja: a despesa já está prevista no déficit, ou seja: o déficit deixou de ser termômetro de um governo perdulário e corrupto e passou a ser um instrumento da administração pública. Em breve todos os estados e municípios irão adotar essa nova regra de administração pública.

Podemos até prever de como serão os discursos dos candidatados em 2018, ou seja: prometo que em 2022 minha meta será de um déficit fiscal primário da ordem R\$ 100,0 bilhões. Ficou muito mais fácil governar. Aquela merda de atingir superávit era um saco para fazer política e dividir propinas.

Além do déficit primário previsto de R\$ 170,5 bilhões para 2016, já está previsto um déficit primário da ordem de R\$ 150,0 bilhões para 2017, mas aí alguém, com pelo menos segundo grau de estudos, iria fazer a seguinte pergunta: mas quem financia esse déficit? Resposta: o “Big Father” (Banco Central do Brasil) carregando títulos da dívida do governo em sua

carteira. Por isso, e somente por isso, é crime falar em Banco Central independente no Brasil.

Mas aí um leitor com o mesmo nível de estudo iria fazer a seguinte pergunta: mas e nas empresas privadas, quem iria financiar esse rombo? Ninguém, para isso existe a falência e o desemprego.

Creio que poucos entenderam a malandragem da nova facção criminosa que assumiu o poder.

Ricardo Bergamini

(48) 9636-7322

(48) 9976-6974

Membro do Grupo Pensar+ www.pontocritico.com

ricardobergamini@ricardobergamini.com.br

www.ricardobergamini.com.br

MONICA DE BOLLE

- Fosse, a meta deficitária recém-aprovada pelo Congresso teria de ser revista. São gastos adicionais que recairão sobre 2017 e 2018, quiçá 2019. São gastos que, no rastro de destruição que Dilma deixou, a ele se assomam e nos levam a um déficit em 2017 de magnitude semelhante ao que veremos em 2016. Isso é aceitável?

Técnicos do governo insistem que nada havia a fazer, que herdaram do governo antecessor um orçamento malfeito, irrealista. Que foram forçados a refazê-lo e a pagar contas atrasadas, inclusive com órgãos internacionais. Que as previsões de aumento das receitas do orçamento anterior estavam infladas pela CPMF e por outros fatores. Que cortaram montante expressivo de despesas. Com todo respeito, até aí, morreu Neves, já que a meta revisada é realista e transparente e foi elogiada por muitos, inclusive por mim, devido a esses atributos. O problema não é a meta revisada e o esforço que a equipe teve de fazer para elaborar novo orçamento

compatível com a realidade do País. O problema é o que veio depois.

O que veio depois? Reajustes espantosos dos servidores públicos para aplacar a base no Congresso. Renegociação apressada das dívidas dos Estados para aplacar governadores sem contrapartidas ou exigências claras, a não ser a vagueza de que o teto prometido para os gastos públicos incluirá, também, os gastos dos Estados. Exceções concedidas ao Supersimples que equivalem a substancial renúncia fiscal. De bom mesmo, apenas o reajuste do Bolsa Família em 12,5%.

Consideremos o teto prometido — sim, prometido, pois aprovado ainda não foi. Aliás, aprovado ainda não foi porque, como muitos apontaram, para que tenha de fato o efeito de redução de despesas ao longo do tempo tão alardeado será preciso que inclua emendas constitucionais que alterem gastos com a previdência, com a saúde, com a educação. O governo interino bem sabe que nada disso passará pelo crivo do Congresso enquanto interino for. Passará pelo crivo do Congresso quando não mais interino for? Isto é, quando de interino passar a temporário, uma vez que o mandato é curto, curtíssimo?

Minhas sinceras desculpas aos técnicos do governo, mas custa-me acreditar. Ao que tudo indica, o governo deixará de ser interino ao final de agosto, o que significa que terá janela de um mês para aprovar medidas de extrema impopularidade, cortes de benefícios que não foram discutidos de forma adequada com a sociedade brasileira. A plataforma da reforma previdenciária, de limites para os gastos com saúde e educação é plataforma de campanha eleitoral, não parece algo que o governo seja capaz de aprovar do dia para noite em meio a uma crise política que não haverá de se encerrar com o impeachment. As emendas constitucionais previstas muito barulho haverão de causar antes que a janela se feche para as eleições municipais. Após as eleições municipais, o ano de 2016 terá praticamente acabado. Portanto, no melhor dos casos as propostas do governo, as promessas, seriam novamente discutidas no início de 2017. Mas, 2017 será ano derradeiro. Será parecido com o que testemunhamos em 2013 — a campanha eleitoral haverá de começar em ritmo frenético, pois dividido e insatisfeito o país continua. Quais as chances reais de que o governo consiga emplacar suas reformas de médio prazo, aquelas que prometem afastar de vez o espectro de uma crise fiscal? Crise fiscal cujos riscos acabam de ser elevados pelos mais recentes aumentos de gastos?

Por enquanto, resta somente a dúvida: por onde andar­á o ajuste fiscal, por onde andar­á? Ninguém sabe para onde ele foi, para onde ele vai.



MONICA DE BOLLE

Ninguém sabe do seu paradeiro. Ninguém sabe onde foi parar o ajuste prometido pelo governo interino de Michel Temer e por sua equipe econômica, renomada equipe econômica que tantos elogios suscitou. Por ora, Temer e Meirelles fazem o mesmo que fez o governo anterior, sobretudo o que fez Dilma Rousseff em seus últimos meses antes da suspensão pelo Senado: gastam para angariar apoio político. Aumentam as pressões nas contas públicas para garantir a sobrevivência pós-agosto. Tentam vender a ideia de que estão comprando a sustentabilidade de médio prazo vendendo a alma no curto prazo. Quem vende a alma consegue comprá-la de volta?

A política, dizem, a política é nossa restrição. Temos de fechar o nariz, dizem, temos de fechar o nariz até que Dilma Rousseff seja afastada de vez. Entendo o cinismo do argumento, mas não aceito sua falta de coerência. Se nós que criticávamos Dilma Rousseff o fazíamos porque acreditávamos que ela e sua equipe levavam o país para o caminho errado, em favor da coerência e da honestidade intelectual devemos manter a mesma postura agora. Pouco importa se trata-se de equipe competente, bem intencionada, pouco interessa se estamos em melhores mãos do que antes estávamos. A verdade é que o presidente interino e o ministro da Fazenda acabam de sancionar bondades em série equivalentes a cerca de R\$ 125 bilhões, ou mais 2% do PIB de gan­ça. E, a gan­ça adicional não está apenas concentrada em 2016, uma vez que se assim fosse, a meta deficitária recém-aprovada pelo Congresso teria de ser revista. São gastos adicionais que recairão sobre 2017 e 2018, quiçá 2019. São gastos que, no rastro de destruição que Dilma deixou, a ele se assomam e nos levam a um déficit em 2017 de magnitude semelhante ao que veremos em 2016. Isso é aceitável?

Técnicos do governo insistem que nada havia a fazer, que herdaram do governo antecessor um orçamento malfeito, irrealista. Que foram forçados a refazê-lo e a pagar contas atrasadas, inclusive com órgãos internacionais. Que as previsões de aumento

das receitas do orçamento anterior estavam infladas pela CPMF e por outros fatores. Que cortaram montante expressivo de despesas. Com todo respeito, até aí, morreu Neves, já que a meta revisada é realista e transparente e foi elogiada por muitos, inclusive por mim, devido a esses atributos. O problema não é a meta revisada e o esforço que a equipe teve de fazer para elaborar novo orçamento compatível com a realidade do País. O problema é o que veio depois.

O que veio depois? Reajustes espantosos dos servidores públicos para aplacar a base no Congresso. Renegociação apressada das dívidas dos Estados para aplacar governadores sem contrapartidas ou exigências claras, a não ser a vagueza de que o teto prometido para os gastos públicos incluirá, também, os gastos dos Estados. Exceções concedidas ao Supersimples que equivalem a substancial renúncia fiscal. De bom mesmo, apenas o reajuste do Bolsa Família em 12,5%.

Consideremos o teto prometido — sim, prometido, pois aprovado ainda não foi. Aliás, aprovado ainda não foi porque, como muitos apontaram, para que tenha de fato o efeito de redução de despesas ao longo do tempo tão alardeado será preciso que inclua emendas constitucionais que alterem gastos com a previdência, com a saúde, com a educação. O governo interino bem sabe que nada disso passará pelo crivo do Congresso enquanto interino for. Passará pelo crivo do Congresso quando não mais interino for? Isto é, quando de interino passar a temporário, uma vez que o mandato é curto, curtíssimo?

05jul16